

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO DA UFMG
BACHARELADO EM CIÊNCIAS DO ESTADO

Ana Carolina Araújo Grossi

CHOQUE INFORMACIONAL:
uma análise do impacto das novas tecnologias na política brasileira (2013-2021)

Belo Horizonte
2022

Ana Carolina Araújo Grossi

CHOQUE INFORMACIONAL:

uma análise do impacto das novas tecnologias na política brasileira (2013-2021)

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Ciências do Estado, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para aprovação na disciplina Defesa de TCC ou Seminário de Iniciação Científica, bem como a obtenção de grau de bacharel em Ciências do Estado.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso

Coorientador: Prof. Dr. Hugo Rezende Henriques

Belo Horizonte
2022

Ficha catalográfica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ana Carolina Araújo Grossi

CHOQUE INFORMACIONAL:
uma análise do impacto das novas tecnologias na política brasileira (2013-2021)

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Ciências do Estado, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para aprovação na disciplina Defesa de TCC ou Seminário de Iniciação Científica, bem como a obtenção de grau de bacharel em Ciências do Estado.

Aprovado em: __/__/__

Orientador: Prof. Doutor Paulo Roberto Cardoso (UFMG)

Coorientador: Prof. Doutor Hugo Rezende Henriques (UFU)

Prof. Doutor José Luiz Borges Horta (UFMG)

Mestrando Pedro Luiz Rodrigues Barreto (UFMG)

Nota: _____

Belo Horizonte
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me acompanhar em toda minha jornada.

Ao meu orientador Professor Doutor Paulo Roberto Cardoso, que instigou meu interesse pelos estudos estratégicos e geopolítica. Por sua acolhida sempre afetuosa, atenção e sugestões bibliográficas que ampliaram os horizontes da pesquisa.

Ao meu coorientador Professor Doutor Hugo Rezende Henriques, pela leitura atenta e diálogos até tarde. Por sua assertividade e disposição. Agradeço o bom humor que garantiu boas risadas e leveza em todo o processo.

À minha mãe, Maria Elisa, a quem eu admiro tanto. Seu apoio, carinho, paciência e torcida sempre me acompanharam e me estimularam a correr atrás de meus sonhos. Sem você, nada disso teria sido possível.

Ao meu pai, pelas caronas à faculdade e disposição nos momentos que precisei.

À minha família e aos meus amigos, representados pelas gêmeas Laura e Luíza, e pela Caroline Mariete, respectivamente. Às gêmeas, por sempre torcerem por mim e encorajarem o meu crescimento acadêmico. À Caroline Mariete, minha dupla de trabalhos, de monitoria e de vida.

À Lorena, minha companheira, que me acompanhou e me motivou em todos os momentos. Foi um porto seguro em momentos de dúvida e insegurança.

Aos professores do curso de Ciências do Estado, que sempre tiveram muito carinho pelo curso e nos sensibilizaram a lutar por ele.

À Professora Doutora Carla Volpini, pela experiência de monitoria e aprendizado.

Aos colegas de curso. Pelas trocas e debates enriquecedores, compartilhamento de saberes e companheirismo.

Ao Colegiado de Graduação, por sempre atender os alunos de forma acolhedora.

Aos meus colegas na Cidade Administrativa de Minas Gerais. Pela oportunidade de trabalhar com uma equipe tão receptiva.

À vovó Helena por ser fonte de inspiração e sintonia.

“Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder.”

(HARARI, *21 lições para o século 21*)

RESUMO

Desde a promulgação da Constituição de 1988, ou seja, do processo de redemocratização, o Brasil não vivenciava uma crise democrática e institucional como a pela qual estamos passando. O objeto de estudo deste trabalho é o período 2013-2021, abordando alguns acontecimentos principais para análise do impacto das novas tecnologias nos processos políticos do período. O objetivo geral é estabelecer a conexão entre as ideias de *capitalismo de desastre* e a *doutrina do choque*, de Naomi Klein, e as estratégias de manipulação de informações, de desinformação e deformação, a fim de avaliar se um *choque informacional* potencializa outras estratégias de choque, dentro do complexo do *capitalismo de desastre*. Para tanto, o trabalho pretende realizar uma abordagem histórica das fases do capitalismo, aprofundar a discussão sobre um novo aspecto do capitalismo proveniente da era digital, apresentar as transformações e reflexos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na sociedade e analisar os impactos desses meios na política e no Estado Democrático de Direito, tendo como foco o Estado brasileiro. A pesquisa é de caráter exploratório, de natureza qualitativa. O método utilizado foi o estudo de caso do período (2013-2021), por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Capitalismo de desastre; Tecnologias da Informação e Comunicação; *choque informacional*; Democracia; Política Brasileira.

RÉSUMÉ

Depuis la promulgation de la Constitution de 1988, c'est-à-dire, la redémocratisation n'a pas vécu une crise démocratique et institutionnelle, telle que celle que nous vivons. L'objet d'étude de ce travail est la période 2013-2021, abordant quelques événements majeurs pour analyser l'impact des nouvelles technologies dans les processus politiques de la période. L'objectif général est d'établir une connexion entre les idées de *capitalisme du désastre* et *stratégie du choc*, de l'autrice Naomi Klein et les stratégies de manipulation d'informations, de désinformation et déformation, afin d'évaluer si un *choc informationnel* potentialise des autres stratégies du choc, au sein du complexe du *capitalisme de désastre*. Pour ce faire, le travail a l'intention de mener une approche historique des phases du capitalisme, d'approfondir la discussion sur un nouvel aspect du capitalisme issu de l'ère numérique, de présenter les transformations et les effets des Technologies de l'Information et de la Communication (TICs) dans la société et analyser les impacts de ces moyens dans la politique et dans l'État de Droit Démocratique, en se concentrant sur l'État brésilien. La recherche est de nature exploratoire et qualitative. La méthode utilisée a été l'étude de cas de la période (2013-2021), par la recherche bibliographique et documentaire.

Mots-clefs: Capitalisme du désastre; Technologies de l'Information et de la Communication; *choc informationnel*; Démocratie; Politique Brésilienne.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS FASES DO CAPITALISMO: DO MERCANTIL AO FINANCEIRO	11
2.1 Mercantilismo: antecedentes da Revolução Industrial	12
2.2 O Capitalismo Industrial: as transformações socioeconômicas provenientes da Revolução Industrial	13
2.3 O Capitalismo Financeiro e a Expansão dos Monopólios	15
3. A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE	18
3.1 Terapia de Choque Econômico	20
3.2 Capitalismo e Liberdade	22
4 A ERA DA INFORMAÇÃO: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs), O CAPITAL E A POLÍTICA	27
4.1 A Vigilância e a “Nova Fronteira do Poder”	29
4.2 As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o Capital e a Política	32
4.3 Introduzindo o Choque Informacional	35
5 ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS TICs NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO (2013-2021)	40
5.1 Jornadas de Junho de 2013: a apropriação das manifestações sociais pró-direitos urbanos por grupos dissidentes	41
5.2 Impeachment da Presidente Dilma Rousseff e o Governo Temer	43
5.3 As Eleições de 2018	47
5.4 Governo Bolsonaro: a pandemia e a terapia de choque	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

CHOQUE INFORMACIONAL:

uma análise do impacto das novas tecnologias na política brasileira (2013-2021)

1 INTRODUÇÃO

Recentes acontecimentos em que as novas tecnologias influenciaram os processos políticos em vários países, bem como a leitura da *Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, obra da jornalista e pesquisadora canadense, Naomi Klein¹ motivaram esta pesquisadora a conduzir este trabalho. O envolvimento das redes sociais e mecanismos de desinformação nas eleições auxiliaram na ascensão de governos populistas de direita (o termo popularizado foi *extrema direita*); governos de tendência autoritária que ameaçam, inclusive, o Estado Democrático de Direito. As novas tecnologias são capazes de potencializar as estratégias de choque já estudadas por Klein, dentro do complexo do *capitalismo de desastre*²? Como estariam sendo afetados os processos eleitorais na democracia? E, posteriormente a isso, como se dão os mecanismos de controle da população, a fim de atender aos interesses de governos com tendências autoritárias, como no caso do Brasil? Essas são algumas inquietações que estimulam a pesquisa.

Determinar um foco para a pesquisa possibilita uma análise de acontecimentos concretos e compreensão de fenômenos que permeiam a política brasileira. Portanto, o método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental. Yin explica que os estudos de caso “representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ ou ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.”³

A pesquisa é de caráter exploratório, de natureza qualitativa, buscando estabelecer paralelos e conexões entre os referenciais teóricos. O trabalho, inicialmente, realiza uma contextualização de períodos da história da humanidade que resultaram em grande desenvolvimento tecnológico e, posteriormente, analisa as consequências em relação ao objeto de estudo.

¹ KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Trad. Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. E-book (não paginado)

² Sobre o tema, veja a seção 3.1 Terapia de Choque Econômico deste trabalho.

³ YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2. ed. Trad: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001, p. 19.

A política brasileira, entre 2013 e 2021, passou por um momento de muita turbulência. Desde a promulgação da Constituição de 1988, ou seja, do processo de redemocratização, o Brasil não vivenciava uma crise democrática e institucional como a pela qual estamos passando. O objeto do estudo de caso é o período compreendido entre 2013 e 2021, abordando alguns acontecimentos principais e realizando a análise, considerando a influência das novas tecnologias nos processos políticos do período. O objetivo geral é estabelecer a conexão entre as ideias de Klein (capitalismo de desastre e a doutrina do choque) e as estratégias de manipulação de informações, de desinformação e deformação, a fim de avaliar se um *choque informacional*⁴ potencializa outras estratégias de choque, dentro do complexo do capitalismo de desastre.

Especificamente, os objetivos da pesquisa são: contextualizar, historicamente, as fases do capitalismo para compreender as mudanças decorrentes desse sistema, percorrendo o conceito de *capitalismo de desastre*; aprofundar a discussão sobre um novo aspecto do capitalismo proveniente da era digital: o capitalismo informacional. Bem como a *era do capitalismo de vigilância*⁵, ou até mesmo *tecnofeudalismo*⁶ (termos retirados de alguns dos referenciais teóricos); apresentar as transformações e reflexos dos meios de comunicação digitais na sociedade; e analisar os impactos desses meios na política e no Estado Democrático de Direito, tendo como foco o Estado brasileiro.

O estudo se dividiu da seguinte forma: A seção de número 2 apresenta um panorama geral da origem e fases do capitalismo até o século XX (do mercantil, ou comercial, ao financeiro), com o objetivo de compreender as transformações desse sistema e contextualizar para servir de base para o debate sobre o *capitalismo de desastre*. Esse conceito é explicado pela seção 3, bem como a ideia de terapia de choque econômico. Além disso, propõe-se uma reflexão crítica sobre a suposta relação entre capitalismo e liberdade que alguns teóricos e economistas têm buscado estabelecer.⁷ Em seguida, a seção 4 trata da era da informação e a emergência de um novo aspecto: o capitalismo informacional (um termo em disputa). As

⁴ O conceito de *choque* é abordado pela jornalista Naomi Klein. *Choque informacional* está presente na obra de Ivan Chaves Jucá. Ver: JUCÁ, Ivan Chaves. *Suas Excelências, os ficha suja: Corrupção e Reeleição na Câmara dos Deputados*. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012.

⁵ ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Trad. George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

⁶ DURAND, Cédric. *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique*. Paris: La Découverte, 2020.

⁷ Klein aponta várias contradições da teoria econômica de Friedman, tendo como base suas obras. Uma das obras do economista é intitulada *Capitalismo e Liberdade*.

mudanças provenientes desse novo período são profundas e afetam todos os âmbitos da sociedade, tanto político, quanto econômico e social.

Por ser um fenômeno social recente e em contínua transformação — uma particularidade das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é de estar sempre em processo de aprendizagem e aprimoramento —, a literatura é também bastante atual e demonstra uma grande preocupação quanto à inevitabilidade que aferem a esse desenvolvimento acelerado.

Por fim, também na quarta seção, introduziu-se o conceito de *choque informacional* que serve como base para a análise realizada na seção 5, em que é realizado o estudo de caso.

O recorte proposto para a análise, como já dito, foi a recente crise democrática e institucional brasileira. A seção 5 é dividida em momentos distintos, escolhidos para possibilitar a relação proposta em nosso objetivo geral. Em cada um destes, observar-se-á se foram utilizados mecanismos de controle da população; o papel das TICs nesse processo e suas consequências para a política brasileira, bem como para analisar se uma estratégia de *choque informacional* está sendo utilizada para que governos impopulares consigam se manter e promover políticas *neoconservadoras*⁸.

⁸ Movimento político nascido nos Estados Unidos, nos anos 1960. Os presidentes conhecidos por se alinhar a esse movimento foram Ronald Reagan e George W. Bush. BALL, Terence; DAGGER, Richard. *neoconservatism*. Encyclopedia Britannica, 3 maio 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/neoconservatism>>. Acesso em 4 jul. 2022.

2 AS FASES DO CAPITALISMO: DO MERCANTIL AO FINANCEIRO

Várias das bibliografias deste trabalho remetem ao capitalismo e aos mecanismos de controle e manipulação da população, utilizados para que esse sistema econômico se perpetue, sem o domínio da lei interferindo. Klein propõe uma crítica ao que chama de *capitalismo de desastre*, que mostra falhas no utopismo capitalista de Friedman⁹. Essa discussão será tratada com mais profundidade no item 3.

A obra de Zuboff, *A Era do Capitalismo de Vigilância*, também denuncia uma nova face do capitalismo, a qual se formula, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias e da imprescindibilidade dos aparelhos tecnológicos para o ser humano na contemporaneidade. O capitalismo de vigilância é perigoso, pois é a maneira mais eficaz de modificação comportamental em larga escala. O capitalismo informacional deu margem a um complexo de vigilância o qual abordaremos com maior profundidade no capítulo 4.

De uma perspectiva dos efeitos das novas tecnologias no modo de produção capitalista, alguns autores observam uma semelhança a características associadas ao feudalismo. Durand, por exemplo, tira a seguinte conclusão: “O desenvolvimento digital altera as relações de concorrência em favor das relações de dependência, o que desregula a mecânica geral e tende a fazer prevalecer a predação acima da produção, dando origem ao que chamei de tecnofeudalismo.”¹⁰

Morozov dedica um capítulo para avaliar a discussão acerca do futuro das gigantes da tecnologia. Avalia que aparenta ser “pós-capitalista” e que talvez “seja neofeudal com as grandes empresas de tecnologia desempenhando o papel de novos senhores que controlam quase todos os aspectos de nossa existência e definem os termos do debate político e social mais abrangente.”¹¹

Posteriormente, abordaremos de modo mais aprofundado essas considerações. Faz-se necessário, em um primeiro momento, a construção de um panorama geral das fases do capitalismo, a fim de contextualizar e dar sustentação teórica para as discussões das próximas seções.

⁹ KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado).

¹⁰ DURAND, Cédric. *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique... cit.* p. 227.

¹¹ MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.* Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018, p. 161.

2.1 Mercantilismo: antecedentes da Revolução Industrial

O processo de concretização do sistema de produção capitalista ocorreu a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, período de grande desenvolvimento tecnológico que possibilitou o estabelecimento das primeiras indústrias. Entretanto, os antecedentes deste período também são importantes para entender o que veio a constituir o sistema que vigora ainda hoje.

Como acontece em vários fenômenos socioeconômicos, observa-se uma contradição entre especialistas que estudam o mercantilismo, a fase chamada de capitalismo comercial.¹² As referências citadas aqui são de pensadores econômicos daquela época, Richard Cantillon e Edward Misselden, e uma leitura contemporânea das origens do capitalismo de Ellen Meiksins Wood.

Sobre as definições que importam para esse modo de produção, Misselden define:

Pelo conhecimento de Comércio, e a riqueza de uma Common-wealth, consiste no uso do *Câmbio*. *Câmbio* e Permutação, e Comutação são todos um. *Câmbio* é um tipo de *Comércio* exercido em dinheiro, em mercadoria, em ambos, em nenhum; de um homem com outro, de um País com outro.¹³

Todo Câmbio, segundo o autor, pode ser considerado pessoal ou provincial. O primeiro diz respeito à troca entre homens e o segundo entre Estados nacionais e qualquer que seja a categoria, implicará no ganho de um e na perda do outro, seja tratando-se de mercadores, seja de reinos, na Balança Comercial.

Na lógica mercantilista, a riqueza da nação é determinada pela Balança Comercial, como atesta Cantillon: “o aumento do dinheiro no Estado provém de uma balança de comércio com os estrangeiros, (ou seja, enviando a eles obras e manufaturas de mais alto valor e quantidade do que o obtido e, por conseguinte, recebendo o excedente em dinheiro) [...]”¹⁴. A

¹² NUNES, António Avelãs. Controvérsias sobre o mercantilismo. In: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, Coleção STUDIA IURIDICA, nº 96, Ad Honorem – 4, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, Volume II, p. 311-335.

¹³ Tradução nossa de MISSELDEN, Edward. *The Circle of Commerce: Or, The Ballance of Trade*. Londres: John Dawson, 1623, p. 93. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mc000215.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2022. “For the knowledge of Commerce, and the wealth of a Common-wealth, consist in the use of *Exchange*. *Exchange* and *Permutation*, and *Commutation* are all one. *Exchange* is a kind of *Commerce* exercised in money, in merchandize, in both, in neither; of one man with another, of one Country with another.”

¹⁴ Tradução nossa de CANTILLON, Richard. *Essai sur la nature du commerce en général*. Paris: Institut Coppet, 2011. (E-book não paginado). “l’augmentation d’argent dans l’État provient d’une balance de commerce avec les étrangers, (c’est-à-dire, en envoyant chez eux des ouvrages et des manufactures en plus grande valeur et quantité que ce qu’on en tire, et par conséquent en recevant le surplus en argent)”

restrição de importações indica que o modo de produção utilizava o protecionismo para guiar as ações econômicas.

Smith, em *A Riqueza das Nações*, buscou demonstrar que a riqueza é equivalente ao dinheiro na lógica mercantil. “Um país rico, do mesmo modo que um homem rico, supõe-se que seja um país onde abunde o dinheiro; e acumular ouro e prata em qualquer país é suposta a maneira mais pronta de enriquecê-lo.”¹⁵ Devido à expansão marítima proveniente das Grandes Navegações e a criação dos mercados coloniais, essa lógica permitiu ser reproduzida e a Inglaterra, por ser uma ilha, era considerada a grande potência marítima da época¹⁶ (a *pax britannica*). “Certas condições ‘extra-econômicas’, como a dominação dos mares e outras vias de transporte, ou instituições financeiras e instrumentos de arbitragem altamente desenvolvidos, eram a chave da vantagem comercial.”¹⁷

2.2 O Capitalismo Industrial: as transformações socioeconômicas provenientes da Revolução Industrial

A Revolução Industrial produziu várias mudanças na dinâmica socioeconômica e nas relações de poder. Smith busca compreender o capitalismo industrial que tomava forma e propor uma teoria, baseada no liberalismo econômico. Não mais a acumulação de dinheiro, ou capital seria o fator determinante para a riqueza de uma nação, mas a circulação, em função de bens de consumo.

No livro *A Riqueza das Nações*, nota-se o alinhamento de Smith ao *laissez-faire*, comum ao ideal francês. Na época em que escreveu, as revoluções burguesas já estavam em curso. O período foi marcado pelas ideias iluministas, consolidação das Reformas Protestantes e derrocada do absolutismo como forma de governo. Esses movimentos parecem buscar reforço uns nos outros.¹⁸ Essas intensas transformações que definiram a *modernidade*.

A transição do modo de produção mercantilista para o industrial, com a criação da máquina a vapor desencadeou um movimento populacional dos campos para as cidades,

¹⁵ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações In: Coleção Os Pensadores*. Trad. Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 157.

¹⁶ A hegemonia pelo controle dos mares e estratégia naval é abordada na teoria geopolítica clássica do Poder Marítimo, de Alfred Mahan, em: MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

¹⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 80.

¹⁸ A análise dessas relações é abordada em WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

alterando também a demografia. Wood analisa esse processo, tendo a Inglaterra como referência, da seguinte maneira:

As forças competitivas de mercado [...] foram um fator fundamental na expropriação dos produtores diretos. Mas essas forças econômicas foram auxiliadas, sem dúvida, pela intervenção coercitiva direta para expulsar os ocupantes da terra ou extinguir seus direitos consuetudinários.¹⁹

A autora aponta que, antes, os produtores gozavam de uma posse consuetudinária das terras e dos instrumentos de produção. Foi chamado de êxodo rural o processo de migração dos campos para as cidades, provocando uma grande expansão urbana, devido à alta demanda por mão-de-obra assalariada nas indústrias. Isso acarretou uma alta na demanda de produtos.

No sistema anterior, uma só pessoa ou família cuidava de todo o processo produtivo. Com o desenvolvimento industrial, a necessidade de produzir mais, em maior qualidade e em um período menor de tempo introduziu a divisão do trabalho.

Como qualquer outro trabalho, está também subdividido num grande número de tarefas particulares, cada uma das quais é atribuída a um grupo ou classe particular de filósofos; e esta subdivisão do trabalho na filosofia, como acontece nas outras atividades, aumenta a destreza destes homens e permite economizar tempo. Cada indivíduo torna-se mais sabedor na sua tarefa particular, produzindo maior quantidade de trabalho, e as ciências e as artes são assim consideravelmente aperfeiçoadas e aumentadas.²⁰

A divisão do trabalho é estimulada pela “Administração Científica”, sistema desenvolvido por Frederick Winslow Taylor (início do século XIX). O objetivo da introdução dos princípios da administração científica, segundo o criador desse sistema, foi de melhorar a administração para acabar com a ineficiência dos trabalhadores, utilizando de método científico, baseado em princípios, normas e leis. Também chamado de “taylorismo”, consiste em método que supostamente, segundo o autor, atribui responsabilidades à direção da empresa que, outrora, eram desempenhadas pelo trabalhador. Por exemplo, o trabalhador escolhia e treinava a si próprio para o ofício o ofício. Com o método científico, a direção seleciona cientificamente os trabalhadores, de acordo com seus talentos e aptidões, e oferece o

¹⁹ WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo... cit.* p. 84.

²⁰ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações... cit.* p. 17. Contra essa posição de um pensar filosófico fragmentário, Gonçal Mayos vem desenvolvendo a perspectiva da macrofilosofia. MAYOS SOLSONA, Gonçal. Nuevos ‘fenómenos-inters’: interconstitucionalidad e interculturalidade. In: MAYOS SOLSONA, Gonçal; CARBONELL, José Carlos Remotti; DÍAZ, Yanko Moyano [Eds.]. *Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinarietà para un mundo global*. Barcelona: Linkgua, 2016.

treinamento, ensino e aperfeiçoamento para que os últimos desempenhem seu ofício da melhor maneira.²¹ Pode-se perceber uma tentativa, nas práticas tayloristas, de modelar a subjetividade e organizar a distribuição das pessoas no espaço.²²

Além das ideias de Taylor, Henry Ford, na segunda década do século XX, e Eiji Toyoda, após a Segunda Guerra Mundial, também contribuíram no desenvolvimento do capitalismo industrial, com ideias divergentes. Enquanto Ford orientava o sistema de produção em massa, com a construção das linhas de produção, a fim de produzir em maior quantidade e em menor preço, no “toyotismo”, a produção de mercadorias era condicionada à demanda.²³

As consequências sociais do desenvolvimento industrial do capitalismo foram profundas. A exploração e precarização das condições de trabalho: longas jornadas, baixos salários, etc. jogaram os trabalhadores em uma situação de pobreza extrema e baixíssima qualidade de vida. Muitos trabalhadores eram submetidos a atividades em que corriam risco de vida. Essa precarização desencadeou uma série de revoltas, a fim de reivindicar os direitos trabalhistas, bem como o desenvolvimento de sistemas econômicos alternativos ao vigente, como os socialismos e os comunismos.²⁴ O capitalismo industrial vigorou até meados do Século XX.

2.3 O Capitalismo Financeiro e a Expansão dos Monopólios

A primeira metade do Século XX foi marcada pelas Guerras Mundiais e pela crise financeira de 1929. A situação indicava as falhas do momento do Estado Liberal de Direito. Apenas após a 1ª Guerra Mundial, os trabalhadores lograram constitucionalmente a inclusão de direitos sociais, econômicos e culturais para a proteção da dignidade no trabalho, segurança social e acesso à educação e à cultura. Com a consolidação desses direitos, um novo paradigma começa a surgir: o Estado Social de Direito. “O Estado social será [...] produto de grande efervescência de idéias, nas mais das vezes contraditórias (como contraditórios são os diversos

²¹ TAYLOR, Frederick Winslow. *Os Princípios da Administração Científica*. Trad. Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990, 40-41

²² BEIGUELMAN, Giselle. *Políticas da Imagem: Vigilância e Resistência na Dadosfera*. São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 6. Essa ideia tem sua origem no modelo panóptico, de Foucault. Veja: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhe. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

²³ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992; e DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. São Paulo: Boitempo, 1999.

²⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

tipos de Estado social, uns mais, outros menos Estados de Direito), mas sempre girando no entorno da noção de *igualdade*.²⁵

O Estado Social de Direito se contrapõe ao Estado Liberal de Direito no que diz respeito ao liberalismo econômico, visto que as funções do Estado são ampliadas para garantia do bem-estar social. A ideia de Estado mínimo, de Smith, não é mais suficiente e faz-se necessária a regulação estatal da economia. Os direitos individuais continuam sendo assegurados e o mercado privado existente, este último regulado pelo Estado. As Constituições do México (1917) e de Weimar (1919) foram os dois exemplos paradigmáticos que adotaram o novo modelo de Estado. No caso brasileiro, a Constituição de 1934 foi a primeira no sentido de adotar os paradigmas do Estado Social de Direito.

Keynes foi o economista que difundiu a teoria econômica alinhada à ideia de Estado de bem-estar social no mundo anglo-saxão. Para garantia de pleno emprego e diminuição das desigualdades de riqueza e de renda, a teoria geral propõe as seguintes medidas: tributárias — impostos sobre renda e sobre taxas e impostos sobre heranças; quanto mais o Estado arrecadar com heranças, menor vai ser a necessidade de taxar a renda e o consumo —; poupança por meio de instituições e fundos de amortização; medidas de redistribuição de renda, a fim de aumentar a propensão a consumir; elevar o incentivo ao investimento; redução das taxas de juros; entre outras medidas que indicam maior envolvimento do Estado na economia.²⁶

Embora essa teoria indique ser de importância vital, o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas.²⁷

No fim da Segunda Guerra Mundial, duas potências emergiram desse período: a capitalista, com base nos Estados Unidos, e a socialista, com base na União Soviética. Empresas multinacionais e transnacionais se espalharam, fortalecendo um movimento monopolista, impulsionada pelos processos de globalização, desenvolvimento de novas tecnologias e concorrência internacional. Bancos e empresas se unem para obter maior taxa de lucros e vender parcelas do capital na bolsa de valores. A especulação passou a ser utilizada como método de

²⁵ HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 127.

²⁶ KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultura, 1996, p. 341-346. A teoria de Keynes determinou o Estado Social para o mundo anglo-saxão. O Estado Social de Direito na América Latina, no entanto, assume uma definição mais ampla do que apenas os aspectos econômicos.

²⁷ KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda... cit.* p. 345.

enriquecimento. Chesnais publica sua obra original, em língua francesa, *La mondialisation du capital*, no ano de 1994 (traduzido por *A mundialização do capital*; chegou ao Brasil em 1996), no qual observou que:

Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento ou do PIB (inclusive nos países da OCDE) ou do comércio exterior. Essa “dinâmica” específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à “inflação dos valores ativos”, ou seja, à formação de “capital fictício”. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este.²⁸

Esses movimentos parecem contrapor às ideias do Estado de bem-estar social, que se opõe fundamentalmente à concepção de *laissez-faire* desregulamentado. Não seria essa a resposta do mercado a esse paradigma? A história mostra que, após um período em que o Estado Social de Direito predominou nas nações desenvolvidas, seguidas, posteriormente, pelas nações subdesenvolvidas, surgiram pensamentos e teorias neoliberais. Estas seguiam na crista do capitalismo financeiro e o impulsionaram, de forma a aconselhar a autorregulação por parte do mercado e a mínima intervenção possível do Estado na economia (desregulamentação).²⁹ O capitalismo financeiro também emergiu próximo à criação de iniciativas internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Instituições essas que, posteriormente, vão seguir a linha neoliberal, como veremos na seção 3.

Alguns acreditam que essa fase predomina até os dias de hoje. Entretanto, com a ascensão das empresas tecnológicas que fincaram suas raízes no Vale do Silício e, hoje, estão presentes diariamente em nossas vidas, profissionais de áreas diversas, da economia até a ciência política investigam um novo fenômeno: o capitalismo informacional. Zuboff, que é professora de Harvard, psicóloga social e filósofa, utiliza o termo “capitalismo de vigilância” para designar um novo aspecto do capitalismo, dentro do contexto da era digital.

²⁸ CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996, p. 15.

²⁹ Os principais economistas da teoria neoliberal são Friedrich Hayek e Milton Friedman, ambos fundadores junto a outros economistas da Sociedade de Mont Pèlerin, criada em 1947, em defesa do liberalismo econômico. MONT PÈLERIN SOCIETY. F. A. Hayek. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/f-a-hayek/>> Acesso em: 5 jul. 2022.

3. A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

Dentre as inúmeras críticas concebidas por autores que escrevem sobre o capitalismo, Klein, desenvolve a sua no livro *A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre*.³⁰ *Capitalismo de desastre* é um novo conceito introduzido na obra. Para exemplificar o que ocorre abordou a tragédia ocorrida em Nova Orleans em decorrência do furacão Katrina. A autora observou que as inundações foram vislumbradas como oportunidade para empreender reformas e transferir para as empresas privadas projetos e responsabilidades que, outrora, eram de competência do poder público. Depois da inundação, prestadores de serviços militares privados chegaram à cidade, a fim de aproveitar essa “oportunidade”.

Grande parte das escolas públicas converteram-se em “licenciadas”, ou seja, fundadas pelo poder público e dirigidas pelo setor privado (nos moldes do modelo proposto por Milton Friedman³¹); projetos públicos de construção de moradias foram substituídos pelo planejamento de condomínios, entre outras medidas. O valor reduzido de impostos, menor regulamentação, mão-de-obra mais barata são fatores extremamente atrativos para grandes corporações, como as de Baton Rouge, que logo vislumbraram essa “oportunidade”. Klein denomina “esses ataques orquestrados à esfera pública, ocorridos no auge de acontecimentos catastróficos, e combinados ao fato de que os desastres são tratados como estimulantes oportunidades de mercado, de ‘capitalismo de desastre’.”³²

As primeiras experiências — o que a autora chama de laboratórios — do capitalismo de desastre foram realizadas na América Latina, principalmente, no Chile e na Argentina. Os golpes de Estado que originaram as ditaduras na América Latina tiveram amplo envolvimento dos Estados Unidos, principalmente da Agência Central de Inteligência (CIA), o que já foi comprovado. Na obra, a pesquisadora destaca a experiência do Chile de Pinochet. O governo de Salvador Allende, democraticamente eleito e de alinhamento socialista, foi deposto e Allende morto, no decorrer do golpe executado no país.

Após a destituição da liderança socialista do poder executivo, viriam as intensas mudanças na legislação econômica, amplas reformas alinhadas aos moldes do liberalismo friedmaniano — um verdadeiro projeto da Escola de Chicago³³ —, com o pretexto de restaurar

³⁰ KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

³¹ FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom... cit.* p. 85-107

³² KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

³³ Em relação a isso, os “Garotos de Chicago” (*Chicago Boys*) fizeram parte dessa construção. Muitos estudantes da Escola de Chicago eram refugiados políticos ou filhos de imigrantes relativamente pobres. A maioria dos jovens possuíam estudos em disciplinas de física e matemática. Alguns estudaram Direito. Ver: DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *La internacionalización de las luchas por el poder: la competencia entre abogados y*

a liberdade, supostamente ameaçada pelo socialismo de Allende. Em contrapartida, o que realmente aconteceu foi uma massiva supressão de liberdade aos que se opunham ao regime ditatorial de Pinochet; perseguição política, sequestro, tortura e morte era o futuro daqueles que tentavam resistir ou discordavam.

Na obra de Milton Friedman, *Capitalismo e Liberdade*, ele explica que:

Apenas uma crise — real ou pressentida — produz mudança real. Quando essa crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão disponíveis. Esta, creio eu, é nossa função essencial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e à disposição até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável.³⁴

Nos discursos do ex-presidente Allende ao Congresso Nacional Chileno, disponibilizados pela Biblioteca do Congresso Nacional do Chile³⁵, é possível notar as críticas ao imperialismo e às empresas multinacionais; os comentários em defesa da nacionalização dos recursos naturais chilenos; seu posicionamento favorável a uma reforma agrária e ao desenvolvimentismo, por vezes endereçando suas palavras aos trabalhadores chilenos e ressaltando a necessidade de uma construção coletiva, em respeito à soberania popular.

Destarte, após o golpe ocorrido em 1973, houve uma grande ruptura com esses ideais, por serem de cunho socialista. O Chile presenciou um verdadeiro bombardeio de reformas no sentido contrário, ou seja, um *choque* de medidas que favoreciam o livre-mercado, no sentido friedmaniano.

Klein estuda o *choque* tanto no sentido literal, de uma perspectiva fisiológica e psicológica, quanto no sentido econômico, no que se refere à ideia de *teoria de choque econômico*, a fim de avaliar as semelhanças entre eles. “É assim que a doutrina do choque funciona: o desastre original — golpe, ataque terrorista, liquidez do mercado, guerra, tsunami, furacão — põe toda a população em estado de choque coletivo.”³⁶ Surge, então, a

economistas por transformar los Estados latinoamericanos. Trad. Antonio Barreto. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005, p. 128.

³⁴ Tradução nossa de FRIEDMAN. Preface, 1982. In: *Capitalism and Freedom... cit.* p. xix. “Only a crisis—actual or perceived—produces real change. When that crisis occurs, the actions that are taken depend on the ideas that are lying around. That, I believe, is our basic function: to develop alternatives to existing policies, to keep them alive and available until the politically impossible becomes politically inevitable.”

³⁵ CHILE. Congreso Nacional de Chile. *Primer Mensaje del Presidente Allende ante el Congreso Pleno*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 1971. Disponível em:

<<https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursolegales/10221.3/12718/1/19710521.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

CHILE. Congreso Nacional de Chile. *Sesión del Congreso Pleno, en domingo 21 de mayo de 1972*. Diario de Sesiones del Senado, 1972. Disponível em:

<<https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursolegales/10221.3/12718/5/19720521.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

³⁶ KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

“oportunidade” para consolidar a trindade política: eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e gasto social mínimo.³⁷

Após os experimentos nos laboratórios da terapia de choque na América Latina, os Estados Unidos também adotaram essa estratégia, tomando forma com a *Guerra ao Terror*, após a tragédia de 11 de setembro. Nesse contexto, emerge o complexo do *capitalismo de desastre*. O que significou a proteção da liberdade em âmbito doméstico para os norte-americanos, significou o contrário para os iraquianos. Nessa época, como testemunhou a jornalista canadense, a influência das empresas era maior que a das próprias Forças Armadas dos Estados Unidos. A empresa *Blackwater* fornecia a segurança dos representantes do governo norte-americano no Iraque e a *Halliburton*, uma grande empresa petrolífera, administrava a Zona Verde, junto de uma rede privada que prestava serviços no local. Para Klein, a Guerra ao Terror

Trata-se de uma guerra global travada em todos os campos pelas empresas privadas, cuja participação é paga com dinheiro público, e que se legitima indefinidamente pela necessidade de proteger o território dos Estados Unidos mediante a eliminação de todo o ‘mal’ existente no mundo exterior.³⁸

Além dos laboratórios da América Latina, da invasão do Iraque pelos EUA e do Furacão Katrina em Nova Orleans, a autora também analisa a terapia de choque econômico, aplicada na Bolívia, no Reino Unido (Guerra das Malvinas), na África do Sul, na Polônia, na Rússia pós-soviética, no Sri Lanka (após a devastação do tsunami em 2004), entre outras experiências mencionadas. Como este trabalho tem outro foco, não será feita uma análise de cada uma destas situações. O que importa, por agora, é compreender o que foi o capitalismo de desastre, na visão de Klein, visto que o trabalho busca atualizar a doutrina do choque, de uma perspectiva brasileira. Para isso, em seguida, será abordado o conceito de terapia de choque econômico, já introduzido nesta seção.

3.1 Terapia de Choque Econômico

Conforme *folder* encontrado na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde do Governo Federal Brasileiro, alguns sintomas apresentados por uma pessoa em estado de choque são: palidez, suor localizado, calafrios, náuseas, visão nublada, queda de pressão, fraqueza,

³⁷ KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

³⁸ KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

respiração acelerada e perda total ou parcial de consciência.³⁹ Todavia, o choque ao qual Klein se refere é de um outro tipo, de caráter coletivo, mas que também apresenta as características de entorpecimento e perda de consciência. “Um estado de choque é, por definição, o momento em que se forma uma lacuna entre os eventos que se sucedem rapidamente e a informação disponível para explicá-los.”⁴⁰

O choque literal, utilizado em torturas, também está presente na obra da autora, porém o foco é o choque em sentido coletivo, um choque econômico e como este é utilizado com a finalidade de forçar as pessoas a desistir de coisas que, em um momento de normalidade, teriam defendido (tal qual os procedimentos de tortura para extrair informação, de forma compulsória, ou com a intenção de retirar a subjetividade da pessoa, em prol de interesses próprios).

A terapia de choque é um conceito utilizado na economia, cujas experiências incluem as reformas implementadas na Bolívia, em 1985, e na Polônia, em 1989, para impulsionar a transição do socialismo em direção ao livre mercado, aos moldes do que ocorreu na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial. Jeffrey Sachs, na obra *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*, explica como foi seu envolvimento nesses processos.⁴¹ Os países estavam sofrendo intensas crises econômicas, hiperinflação, dívidas externas exorbitantes e, à situação da Polônia, adiciona-se o colapso da União Soviética e, conseqüentemente, do socialismo no mundo. Apesar de associar-se a terapia de choque a Sachs, o economista não tem apreço pelo termo, como confessa na obra citada.

Os Estados, naquela época, estavam sofrendo grande pressão internacional para abrir os seus mercados e aplicar as recomendações que vieram a fazer parte do *Consenso de Washington*.⁴² Ao tentar negociar a dívida externa ou solicitar empréstimos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial impunham condições aos líderes dos governos, a fim de que eles cumprissem as recomendações e procedessem com a abertura do mercado para o exterior, dentre outras medidas dentro do corolário neoliberal. Klein observou essa tendência e, sobre isso, comentou:

Naquele momento, o banco e o fundo estavam insistindo publicamente para que os governos, no mundo todo, vissem a luz e percebessem que as políticas do Consenso

³⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. *Estado de Choque e Crise de Pânico*. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006003123.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2022.

⁴⁰ KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

⁴¹ SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (E-book não paginado)

⁴² John Williamson destaca as recomendações do Consenso de Washington. São alguns exemplos: disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira, liberalização do comércio, desregulamentação, privatização, entre outros. Veja: WILLIAMSON, John. *The Political Economy of Policy Reform*. Washington: Institute for International Economics, 1994, p. 26-28.

de Washington eram a única receita para a estabilidade e, portanto, para a democracia.⁴³

Como Sachs, Friedman também era consultado por governos que aplicavam a terapia de choque econômico. Em uma carta a Pinochet, o economista reforçou a importância de um “choque” de maneira repetitiva. O gradualismo não seria possível naquele contexto.⁴⁴

Em suma, a terapia de choque econômico é colocada em prática por meio de um projeto arquitetado por um grupo seleto de economistas e tecnocratas, responsáveis por “transformar conceitos em políticas”⁴⁵, baseadas no livre mercado e na redução maciça de gastos públicos, a ser implementado de uma vez e de forma rápida. O “evento desencadeador”, seja uma catástrofe natural, seja um golpe de Estado, ou uma tragédia como a de 11 de setembro, é a oportunidade perfeita para instituir tal projeto, aproveitando de um estado de choque e entorpecimento da população. Nesse momento, as pessoas estarão mais susceptíveis a aceitar as “ideias à disposição”.⁴⁶

No livro de Naomi Klein *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos*, ela corrobora que “A doutrina do choque consiste em reprimir esses impulsos profundamente humanos de ajudar, buscando, em vez disso, capitalizar sobre a vulnerabilidade dos outros a fim de maximizar a riqueza e as vantagens de uns poucos escolhidos.”⁴⁷

A apresentação da terapia do choque e, portanto, da doutrina do choque, é a chave para compreender o que foi o capitalismo de desastre, pois um está intrinsecamente relacionado ao outro.

3.2 Capitalismo e Liberdade

No livro da jornalista canadense, um questionamento importante é levantado: como é a relação entre o capitalismo e a liberdade? Apesar de fazer referência às ideias de Friedman, a autora adota posição contrária.

⁴³ KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre... cit.* E-book (não paginado)

⁴⁴ FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. *Two Lucky People: Memoirs*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, p. 593-594.

⁴⁵ SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (E-book não paginado). O excerto “transformar conceitos em políticas” se refere ao trabalho de Sachs com David Lipton, Leszek Balcerowicz (Professor da Escola de Economia e Planejamento de Varsóvia) e sua equipe. Consistiu na criação de um programa econômico para a Polônia.

⁴⁶ FRIEDMAN. Preface, 1982. In: *Capitalism and Freedom... cit.* p. xix.

⁴⁷ KLEIN, Naomi. *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos*. Trad. Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017, p. 156.

Segundo Friedman, “a história somente sugere que o capitalismo é uma condição necessária para a liberdade política.” Mas que, evidentemente, “não é uma condição suficiente.”⁴⁸ Assim, o economista também considera os “arranjos sociais”, uma vez que houve experiências totalitárias em que o setor privado foi a forma dominante na economia e a população não era politicamente livre. Sobre esse ponto, esses casos não são isolados e são, mesmo, frequentes. Klein expõe todas as experiências recentes das quais a liberdade política e, até mesmo, individual, foram suprimidas, apesar de os governos adotarem a ideologia do *laissez-faire*. Da perspectiva de Neumann, “o poder privado social pode ser até mesmo mais perigoso para a liberdade que o poder público. A intervenção do Estado no que diz respeito às posições privadas de poder pode ser essencial para assegurar a liberdade.”⁴⁹

Orlando Letelier, economista chileno e embaixador do Chile nos Estados Unidos no governo Allende, ao analisar a situação do Chile sob o governo de Pinochet, observou que a “liberdade econômica” e o terror político coexistiam, sem que um precisasse tocar no outro e vice-versa.⁵⁰ Foi a maneira encontrada para que os bancos internacionais continuassem financiando as reformas econômicas do governo Pinochet, ao mesmo tempo em que defendiam os direitos humanos e a democracia, sem que um tocasse o outro. É um paradoxo que se perpetuou com o tempo.

A Orientação Estratégica Provisória de Segurança Nacional, do governo dos Estados Unidos, escrita por Joe Biden, de março de 2021, apresenta o contexto global de segurança e estabelece prioridades na agenda norte-americana a respeito da segurança nacional. Uma das prioridades é o compromisso em:

realizar e defender os valores democráticos no coração do Estilo de Vida Americano. Isso significa mais do que simplesmente sustentar o *status quo* – significa revigorar nossa democracia, corresponder aos nossos ideais e valores para todos os Americanos, e defender nossos valores no exterior, inclusive unindo as democracias do mundo para combater ameaças contra as sociedades livres.⁵¹

⁴⁸ Tradução nossa de FRIEDMAN. *Capitalism and Freedom... cit.* p. 10. “History suggests only that capitalism is a necessary condition for political freedom. [Clearly] it is not a sufficient condition.”

⁴⁹ NEUMANN, Franz. O conceito de liberdade política. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 22, jul./dez. 2013, p. 133

⁵⁰ LETELIER, Orlando. *The “Chicago Boys” in Chile: Economic Freedom’s Awful Toll*. The Nation, 2016. Disponível em:

<<https://www.thenation.com/article/archive/the-chicago-boys-in-chile-economic-freedoms-awful-toll/>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

⁵¹ Tradução nossa de ESTADOS UNIDOS. Casa Branca. *Interim National Security Strategic Guidance*. Washington, 2021, p. 9. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2022. “**realizing and defending the democratic values at the heart of the American way of life**. That means more than simply sustaining the *status quo* – it means reinvigorating our democracy, living up to our ideals and values for all Americans, and standing up for our values abroad, including by uniting the world’s democracies to combat threats to free societies.”

Ainda que haja uma discussão sobre a continuidade ou descontinuidade da política externa dos Estados Unidos, esteja ela inclinada ao isolacionismo ou ao multilateralismo⁵², “Promover liberdade e democracia e proteger os direitos humanos ao redor do mundo são centrais na política externa dos Estados Unidos”⁵³. O paradoxo se apresenta quando são conhecidos os interesses econômicos relacionados à região do Oriente Médio, por exemplo. A presença na região é considerada extremamente estratégica, devido às jazidas de petróleo e reservas de gás natural. Algo um tanto curioso também é que, embora a Arábia Saudita viva uma monarquia absolutista e tenha uma cultura extremamente avessa aos direitos humanos, é uma aliada forte dos Estados Unidos. Ademais, os Estados Unidos não ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), apenas assinaram⁵⁴, o que significa que não podem ser julgados na Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode, no máximo, emitir recomendações. A escolha por não ratificar não corresponde a uma postura de liderança pelo exemplo, como Biden descreve na orientação mencionada, a qual é assinada pelo Presidente.

Ver uma crise como oportunidade e esperar que ela ocorra⁵⁵, a fim de implementar medidas econômicas drásticas, aproveitando da situação de fragilidade da população, medidas essas escritas por um grupo seletivo, sem qualquer participação popular não é democrático. A afirmação de Friedman sobre a liberdade econômica garantir liberdade política parece ser deficitária. Segundo ele,

O tipo de organização econômica que proporciona liberdade econômica de forma direta, ou seja, o capitalismo competitivo, também promove liberdade política, pois separa poder econômico do poder político e, desse modo, possibilita que um controle o outro.⁵⁶

Alguns fatores práticos que podem interferir nesta lógica são (1) o setor privado não é neutro. Friedman parece acreditar em um mercado que se autorregula e não se posiciona; que

⁵² Veja: HOOK, Steven W.; JONES, Christopher M. (ed.). *Routledge Handbook of American Foreign Policy*. Londres: Routledge, 2012.

⁵³ ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. *Bureau of Democracy, Human Rights and Labor*. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/drl/index.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

⁵⁴ Veja: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. B-32: *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm> Acesso em: 7 jul. 2022.

⁵⁵ O que Klein concluiu não ser necessário esperar, pois ela já é produzida.

⁵⁶ Tradução de FRIEDMAN. *Capitalism and Freedom... cit.* p. 9. “The kind of economic organization that provides economic freedom directly, namely, competitive capitalism, also promotes political freedom because it separates economic power from political power and in this way enables the one to offset the other.”

mantém neutralidade em suas atividades. Entretanto, os empresários fazem parte de um grupo social que, por sua vez, possui interesses próprios. Esse grupo interage com outros grupos. A classe trabalhadora, por exemplo. Por sua vez, os trabalhadores também possuem seus próprios interesses que, na maioria das vezes, não convergem com os de seus empregadores. Sem o intermédio do Estado, os interesses de um dos grupos prevalecem sobre os do outro, em razão da assimetria de poder que se apresenta. Geralmente, o grupo mais vulnerável dessa relação é o dos trabalhadores. Essa é uma situação em que é possível perceber como é complexa a relação entre empregados e empregadores, no sistema capitalista, uma vez que há conflito de interesses e a neutralidade não é uma realidade possível.⁵⁷

O segundo fator se relaciona ao primeiro e se refere ao argumento de que o capitalismo e a propriedade privada oferecem uma medida de controle ao poder centralizado do Estado. Essa premissa, entretanto, não considera uma situação em que os interesses do mercado estão alinhados com os do Estado. Nesse sentido, uma questão se apresenta: Como é feito esse controle, se não por meio de regulamentação?

A liberdade, pela qual Friedman preza tanto, parece ser limitada ao indivíduo. Se seu conceito é parecido ao de Montesquieu, pode fazer sentido. A definição proposta pelo filósofo é: “A liberdade política, em um cidadão, é esta tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um tem sobre a sua segurança; e para que se tenha esta liberdade é preciso que o governo seja tal que um cidadão não possa temer outro cidadão.”⁵⁸ Entretanto, a liberdade política vai além da dimensão individual, se pensada de uma perspectiva democrática e dos direitos políticos, sociais e econômicos.

Definir a liberdade política simplesmente como vontade individual implica a negação de obrigações que nós temos em relação a nossos companheiros: uma pessoa não pode afirmar sua própria vontade à custa da de outra, nem realizar sua própria perfeição pela destruição alheia. A proteção de minorias e de opiniões dissidentes é eliminada se somente o elemento ativista é considerado equivalente à liberdade. A noção jurídica, portanto, não pode ser dispensada.⁵⁹

⁵⁷ Um dos jeitos de equacionar é a política. O neoliberalismo é uma forma de suprimir a politicidade no Estado, segundo os autores: HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao Estado de Direito. *Confluências*, vol. 14, n. 2. Niterói: PPGSD-UFF, dez. 2012, p. 120-133.

⁵⁸ MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 168.

⁵⁹ NEUMANN, Franz. O conceito de liberdade política. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 22, jul./dez. 2013, p.

A discussão sobre a liberdade sempre apresenta um conflito de perspectivas. Se pensada de um ponto de vista jurídico-negativo, considera-se apenas um aspecto individual. Esse aspecto, segundo Neumann, o autor da citação, não é suficiente.

Em conclusão, as ideias de Friedman sobre a relação entre a liberdade econômica e a liberdade política são bastante criticáveis. Klein demonstra algumas em sua obra e esse trabalho busca apresentar novas questões para discussão. Para tanto, o tema a seguir vai tratar de um novo aspecto do capitalismo advindo da “era da informação” ou “era digital”.

4 A ERA DA INFORMAÇÃO: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs), O CAPITAL E A POLÍTICA

Aldous Huxley, autor de *Admirável Mundo Novo*⁶⁰, em palestra ofertada pelo Centro de Linguagem de Berkeley (Universidade da Califórnia), faz menção a uma *Revolução Final*:

Me parece que a natureza da revolução final a qual nós estamos enfrentando é precisamente esta: que estamos no processo de desenvolver uma série completa de técnicas que vão possibilitar a oligarquia no controle que sempre existiu e presumivelmente sempre existirá fazer as pessoas amarem a servidão.⁶¹

Em seu discurso, aponta também que, para controlar qualquer população, deve haver consentimento, em alguma medida. O desenvolvimento da ciência tornou possível um meio “não-violento” de controle. A internet e as tecnologias digitais criaram um meio de cooptar, sem precisar utilizar a força, mas utilizando dos interesses, o conhecimento. É uma forma de “poder inteligente”. Segundo Nye, “O poder inteligente significa aprender melhor a combinar nosso poder duro e brando.”⁶². Poder duro implica coerção, enquanto o brando utiliza de estratégias de atração e persuasão. Nesse sentido, a internet e as TICs são capazes de concretizar a combinação de poder duro e brando, de forma a fornecer atrativos e distrações, ao mesmo tempo em que é invasiva e demanda nossa atenção. As guerras cibernéticas e drones são provas de que essas inovações tecnológicas têm alto potencial destrutivo, além de serem táticas caracterizadas como impessoais. A pessoa responsável por programar os ciberataques ou os

⁶⁰ Distopia tecnológica, publicada em 1932, que tratava de um momento em que a tecnologia começou a ser utilizada para standardizar a população, remover as diferenças “inconvenientes”, produzir em massa seres humanos e organizá-los em um sistema de castas. HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Lino Vallandro e Vidal Serrano. Biblioteca Azul, 2014.

⁶¹ Tradução nossa de HUXLEY, Aldous. In: *Aldous Huxley 1962 U.C. Berkeley Speech on “The Ultimate Revolution”*, Public Intelligence, 2010. Disponível em: <<https://publicintelligence.net/aldous-huxley-1962-u-c-berkeley-speech-on-the-ultimate-revolution/>> Acesso em: 8 jul. 2022. “It seems to me that the nature of the ultimate revolution with which we are now faced is precisely this: That we are in process of developing a whole series of techniques which will enable the controlling oligarchy who have always existed and presumably will always exist to get people to love their servitude.” Nesse sentido, Byung-Chul Han trata do “sujeito de desempenho”; é aquele em que a produtividade desencadeia a autoexploração, passando uma liberdade paradoxal. HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

⁶² NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004, p. 32. O Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso observa que essa estratégia também é utilizada no âmbito dos Estados: “Essas estruturas, como os complexos midiáticos, as redes de entretenimento e sua indústria, os jornais, a mídia e as empresas internacionais, a despeito do seu caráter intercambiável de informações que agregam mútuos conhecimentos em nível global, são perigosas quando operadas em serviço de interesses estratégicos de outros Estados.”. CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, p. 102.

drones não consegue visualizar diretamente as consequências do comando; não tem um impacto direto da ação.

Antes de prosseguir, um esclarecimento se faz necessário. Neste trabalho, são consideradas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a internet, os dispositivos de computação denominados de *hardware* e *software*, mas principalmente o último (sistemas e aplicativos).

A criação das novas tecnologias foi impulsionada pelas Guerras.⁶³ Durante a Segunda Guerra Mundial, Alan Turing, cujas descobertas sobre a Máquina de Turing possibilitou originar o algoritmo e revolucionou a ciência da computação teórica, trabalhou na decodificação de mensagens das tropas militares da Alemanha nazista e foi bem-sucedido.

Sabe-se que a Guerra Fria foi marcada pela corrida armamentista e espacial, período em que a área de ciência e tecnologia recebeu amplo investimento estatal, principalmente nas superpotências. Isso facilitou o desenvolvimento tecnológico de forma significativa. A internet, por exemplo, foi criada nesta época. O projeto surgiu na *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), traduzido por Agência de Pesquisas em Projetos Avançados, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A demanda por um sistema de telecomunicações que não tivesse uma central e não pudesse ser destruída por nenhum ataque localizado se justificava pela Guerra Fria. Desse modo, em 1969, foi criada a rede de comunicações denominada ARPAnet. Em 1970, quatro universidades foram escolhidas para realizar o primeiro experimento. A rede original atendia os propósitos militares, bem como a comunidade acadêmica.⁶⁴

O capitalismo financeiro apresenta um novo aspecto com o advento das TICs. Por isso, já se fala de *capitalismo informacional*. Segundo Manuel Castells:

O capital financeiro, atuando diretamente por meio de instituições financeiras ou de forma indireta [...] condiciona o destino das indústrias de alta tecnologia. Por sua vez, a tecnologia e a informação são ferramentas decisivas para a geração de lucros e apropriação de fatias do mercado.⁶⁵

Desse modo, o capitalismo informacional não é uma nova fase, mas um novo aspecto do capitalismo financeiro, do ponto de vista do autor. Ele observa que a relação entre capital e

⁶³ Menciona-se a aplicação dual da tecnologia: aquelas desenvolvidas inicialmente para aplicação na área militar, cujas tecnologias de base podem ser aproveitadas no futuro para utilização na área civil e vice-versa. AMARANTE, José Carlos Albano do. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Texto para discussão 1758. IPEA. 2012.

⁶⁴ SIMON, Imre. *A ARPANET*. Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~is/abc/abc/node20.html#SECTION00052000000000000000>> Acesso em: 12 jul. 2022

⁶⁵ CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 568.

trabalho se transformou, de forma que os trabalhadores vêm perdendo sua identidade coletiva e tornam-se cada vez mais individualizados.

O tema a ser abordado a seguir trata do aspecto de vigilância nessa nova era digital que aparece em vários referenciais teóricos, principalmente, na obra de Zuboff, importante referencial teórico para este estudo.

4.1 A Vigilância e a “Nova Fronteira do Poder”

Em sua obra *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*, Zuboff define o que chama de *capitalismo de vigilância*, no formato realizado pelos dicionários (palavra separada em sílabas, classe de palavras, definições enumeradas, uma após a outra). Isso é realizado antes da apresentação do sumário do livro, em uma seção chamada “A definição”. Destaca-se as seguintes ideias evocadas nesse espaço: “nova ordem econômica”, “a experiência humana como matéria-prima; “produção de bens e serviços [...] subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento”; “concentrações de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes”; “economia de vigilância”; “poder instrumentário”; “certeza total”; e “destituição da soberania dos indivíduos”.⁶⁶ Ao longo da obra, a autora perpassa por todas essas ideias presentes em sua definição.

A professora Zuboff atesta que o Google foi a empresa pioneira para o capitalismo de vigilância. A priori, as intenções da empresa pareciam nobres. Logo, questionamentos a respeito do sigilo da empresa, relatos de ex-funcionários que saíram por preocupações éticas⁶⁷, experimentos e projetos que causaram polêmica, entre outras questões sobre o funcionamento da instituição privada vieram à tona.

A autora observa que os imperativos econômicos do capitalismo de vigilância são: extração e predição.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e

⁶⁶ ZUBOFF, Shoshana. A definição. In: *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder... cit.*

⁶⁷ Alguns relatos podem ser encontrados no documentário da Netflix *O Dilema das Redes*, dirigido por Jeff Orlowski, lançado em 2020. Especialistas do Vale do Silício fazem um alerta sobre os impactos das redes sociais na democracia e na sociedade. Shoshana Zuboff também foi entrevistada e aparece no documentário.

manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde.⁶⁸

Depois desse processo, esses “produtos de predições” são comercializados para os verdadeiros clientes. Ela chama esse mercado de *mercado de comportamentos futuros*. Vaidhyathan explica que “Seus usuários são, dessa forma, o produto, bem como os produtores. Essa relação complexa distingue a economia política da mídia social da mídia televisiva, por exemplo.”⁶⁹ Esse novo tipo de negócio produz muitas vantagens lucrativas às empresas. A abordagem ainda é a economia de escala, mas também são utilizadas as estratégias das economias de escopo e de ação. A primeira para que o *superávit comportamental* seja variado, estendendo as operações de extração do mundo virtual para o real, e conseguir as informações mais íntimas do indivíduo (profundidade). Já as economias de ação envolvem o esforço de moldar o comportamento. Zuboff dá alguns exemplos:

intervenções são projetadas para aumentar a certeza através de certas atividades: elas incentivam, sintonizam, vigiam, manipulam e modificam o comportamento em direções específicas ao executar ações sutis, tais como inserir uma frase específica no Feed de Notícias do Facebook, programar o surgimento de um botão COMPRAR na tela do seu celular, ou desligar o motor do seu carro quando um pagamento do seguro está atrasado.⁷⁰

Como esse é um fenômeno sem precedentes e Zuboff o afirma repetidamente, ainda não há consenso de como será definido esse período histórico. Outro autor que faz uma leitura desse contexto é o economista Cédric Durand. Ele cita a professora Zuboff, em sua obra, apesar de criticar alguns aspectos de sua teoria.

O autor concorda com a emergência de um novo tipo de totalitarismo, não mais determinado pela violência, mas pelo que chama de *instrumentarismo*.

O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros. Em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede.⁷¹

⁶⁸ ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder...* cit. p. 18.

⁶⁹ Tradução nossa de VAIDHYANATHAN, Siva. The Incomplete Political Economy of Social Media. In: BURGESS, Jean; MARWICK, Alice; POELL, Thomas (ed.). *The SAGE Handbook of Social Media*. Londres: SAGE Publications, 2018, p. 217. “Their users are thus the product as well as the producers. That complex relationship distinguishes the political economy of social media from that of broadcast media, for instance.”

⁷⁰ ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder...* cit. p. 234.

⁷¹ ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder...* cit. p. 19.

Também faz menção ao superávit comportamental e ao fato de que a empresa escolhe o que vai promover ou não, de acordo com objetivos próprios.⁷² Contudo, o autor se opõe à professora, apresentando as críticas de Evgeny Morozov, presentes em seu artigo, cuja tradução é *As Novas Roupas do Capitalismo*⁷³. Morozov é pesquisador e escritor bielorrusso e observa que Zuboff tece suas críticas apenas em relação ao capitalismo de vigilância, mas não ao capitalismo em si. Durand explica que:

O que falta à tese do “capitalismo de vigilância”, é um questionamento em termos de economia política. Quais modificações ocorreram no modo de produção para chegar lá? Como a dinâmica competitiva valida as estratégias de lucro baseadas na vigilância?⁷⁴

Durand tenta responder às perguntas, comparando o momento atual e o modo de produção feudalista. O economista introduz o que chama de tecnofeudalismo, à medida que “O desenvolvimento digital altera as relações de concorrência em favor das relações de dependência, o que desregula a mecânica geral e tende a fazer prevalecer a predação acima da produção [...]”⁷⁵, dando origem ao termo. Ele analisa que, no feudalismo, não era uma noção de segurança ou dever que fazia o vassalo continuar em sua posição, mas o contrário. Era a predação por parte do suserano. Nessa perspectiva, observa-se que é praticamente impossível não aceitar os termos das gigantes da tecnologia.

Em *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*, Morozov compreende que há divergências de como será o futuro, considerando a ascensão das gigantes da tecnologia, mas ao final conclui que aparenta indicar um período “pós-capitalista”, entretanto se preocupa com o surgimento de um sistema neofeudal, em que as grandes empresas de tecnologia substituem os suseranos, controlando todos os aspectos de nossa vida e definindo os termos políticos e sociais.⁷⁶

Algumas questões abordadas de forma breve nesta seção serão aprofundadas nas seções seguintes, a fim de dar foco para alguns temas fundamentais a este estudo.

⁷² DURAND, Cédric. *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique... cit.* p. 114.

⁷³ MOROZOV, Evgeny. *Capitalism's New Clothes*, 2019. Disponível em: <<https://thebaffler.com/latest/capitalisms-new-clothes-morozov>> Acesso em: 10 jul. 2022.

⁷⁴ Tradução nossa de DURAND, Cédric. *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique... cit.* p. 123. “Ce qui manque à la thèse du « capitalisme de la surveillance », c'est un questionnement en termes d'économie politique. Quelles modifications du mode de production sont intervenues pour en arriver là ? Comment se fait-il que la dynamique concurrentielle valide des stratégies de profits fondées sur la surveillance ?”

⁷⁵ DURAND, Cédric. *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique... cit.* p. 227.

⁷⁶ MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018, p. 161.

4.2 As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o Capital e a Política

Ao tratar das relações entre as TICs, o Capital e a Política, entramos no território complexo do poder e do papel desempenhado por cada um dos agentes envolvidos, ou seja, as empresas de tecnologia do Vale do Silício, o Estado e as pessoas (tanto em um âmbito individual, quanto no âmbito coletivo). O imediatismo e a rapidez de nossos tempos devem ser levados em consideração, mas não podem provocar uma paralisação no cidadão. Quanto mais colocamos os problemas e as consequências em evidência, maior a possibilidade de se construir um diálogo sobre o assunto, a fim de evitar que sejam irreversíveis.

O jogo de poder que atravessa as relações na era digital é complexo, portanto tratar mercado e Estado separadamente, como Friedman defende, é um erro. Em contrapartida, o próprio economista considera que o monopólio é um “mal” da sociedade e deve ser regulado.⁷⁷ E o que são as gigantes da tecnologia senão monopólios imensos que acumulam uma riqueza vastamente superior à dos outros setores?

Dando prosseguimento à nossa reflexão, veremos alguns pontos que as empresas do Vale do Silício prefeririam deixar esquecidos, mas que são extremamente importantes para entender como elas vieram a ser tão proeminentes. Morozov argumenta que a ascensão dessas grandes empresas se deu em momento subsequente à crise financeira global. O pesquisador assinala que:

A rápida ascensão das plataformas digitais produziu um Estado do bem-estar privatizado, paralelo e praticamente invisível, no qual muitas de nossas atividades cotidianas são fortemente subsidiadas por grandes empresas de tecnologia (interessadas em nossos dados) ou, no caso de organizações menores e *startups*, financiadas por investidores de risco confiantes de que as perdas no curto prazo vão lhes assegurar o domínio no longo prazo.⁷⁸

As empresas de tecnologia e *startups*, dessa forma, assumiram competências do poder público e, devido às tecnologias que possuem à disposição, conseguiram solucionar no curto prazo alguns problemas de ordem social.⁷⁹ O pesquisador explica que, devido aos cortes de gastos públicos e salários, decorrentes da política de austeridade aplicada na época da crise, os governos não viam outra saída senão oferecer subsídios para empresas como a Uber, a fim de

⁷⁷ FRIEDMAN. *Capitalism and Freedom... cit.*

⁷⁸ MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. cit.* p. 146.

⁷⁹ Isso já mostra a evolução do que Klein denunciava como capitalismo de desastre. Essas iniciativas assumem responsabilidades que são de competência do Estado, de interesse público.

resolver, por exemplo, o problema do transporte público, barateando o custo⁸⁰.

Essa medida, entretanto, provocou a uberização — um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, a partir do qual o trabalho é intermediado por um aplicativo (empresa) e a prestação de serviços funciona conforme a demanda, não tendo um vínculo empregatício entre a empresa e o prestador de serviços. O trabalhador entra em contato diretamente com quem solicitou o serviço. À medida que essa modalidade “solucionou” um problema, ela gerou um outro: a precarização do trabalho. Além disso, ao exemplo do Uber, os preços não são acessíveis.⁸¹

As empresas que gerenciam esses aplicativos enaltecem a flexibilidade e a autonomia garantidas ao prestador de serviços nessa modalidade; utilizam o termo empreendedorismo para descrevê-la. Mas a realidade é outra. As soluções encontradas pelas empresas de tecnologia não apagam as desigualdades sociais provenientes do capitalismo.

Outro ponto a ser levantado é o já evocado problema do sigilo dos procedimentos e técnicas utilizadas; estratégia cujo objetivo era produzir a ignorância e uma assimetria de conhecimento⁸², garantindo que as operações extrativas continuassem funcionando, o que implica em um maior poder de decisão, bem como garante o controle sobre os dados. Dados que são *nossos*, mas que geram conhecimentos apenas para *elas*. Enquanto governos devem prezar pela transparência em todas as suas atividades, o mercado não tem essa obrigação. E, assim, sai impune por todas as ingerências.

Nas palavras do Professor Joaquim Carlos Salgado:

A par da violência vermelha e da violência branca, esta caracterizada pela fome, ignorância etc, há um outro tipo pouco conhecido: a violência da palavra. Ela é a forma de impedir o pensar livre, sem o qual não há o agir livre. O modo pelo qual ela se exerce é o sistema de comunicação, embora se faça presente também nas comunicações pessoais assistemáticas ou decorrentes de sistema sócio-jurídico. Essa forma de violência que conduz o modo de pensar ou a consciência dos indivíduos, tira ao homem o exercício livre do pensar, pois que este é o posto como fórmula acabada, com pretensão de validade inquestionável, por força da autoridade presumida do sistema.⁸³

⁸⁰ MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. *cit.* p. 160.

⁸¹ Ou seja, não soluciona problema nenhum. CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. In: LEME, Ana Carolina et al (org.). *Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano*. São Paulo: LTr, 2017.

⁸² Zuboff observou essa assimetria de conhecimento e poder que resulta do capitalismo de vigilância. No capítulo 6, ela tenta responder a algumas questões para analisar o fenômeno do poder e da autoridade. São elas: *Quem sabe?*; *Quem decide?*; e *Quem decide quem decide?* ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. *cit.*

⁸³ SALGADO, Joaquim Carlos. Semiótica Estrutural e Transcendentalidade do Discurso sobre a Justiça. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, v. 37, 2000, p. 87.

Se apenas um grupo de pessoas toma decisões que geram impactos profundos no tecido social e, considerando que as sedes das gigantes de tecnologia hoje se encontram, majoritariamente, localizadas no Vale do Silício, quem, de fato, está tomando as decisões que vão modificar o rumo da história humana? A elite do Vale do Silício, evidentemente. Isso apresenta uma ameaça para a democracia e possibilita a hegemonia dos meios de comunicação, influenciando nas formas de pensar e agir. Umberto Eco escreveu que “Hoje um país pertence à pessoa que controla a comunicação.”⁸⁴

Atualmente, essa lógica acaba se tornando mais complexa. As informações estão em todos os lugares e chegam por caminhos diferentes. Não há apenas uma pessoa ou mesmo uma só empresa que controla a comunicação, mas, nos últimos anos, pôde-se notar que esse controle influenciou bastante na ascensão do autoritarismo. Em várias partes do mundo, as eleições foram marcadas pela difusão de notícias falsas sobre os candidatos; muitas pessoas ficaram incrédulas com a efetividade dessa estratégia em alguns contextos, como no Brasil.

Gillespie argumenta que “As plataformas de mídia social há muito se moldam como abertas, imparciais e não intervencionistas — em parte porque seus fundadores fundamentalmente acreditam que é assim que funciona, e em parte para evitar responsabilização e regulação.”⁸⁵ A ideia de “imparcialidade” e de “neutralidade” das plataformas não condiz com a forma encontrada de lucrar: a extração de dados, predição e modificação comportamental. Os conteúdos devem chegar às pessoas e serem atraentes o suficiente para garantir o clique e o compartilhamento para que tenha ainda mais cliques. É possível perceber que, muitas vezes, as notícias são falsas, mas atraem bastante atenção, porque nem todas as pessoas procuram checar a veracidade do que é informado. Morozov complementa que “as notícias falsas, que existem desde que existem notícias, agora circulam mais em meio digital porque se adequam muito bem aos modelos de negócio baseados em cliques que foram aperfeiçoados pelos gigantes extrativistas de dados.”⁸⁶

Pode surgir o argumento de que são os usuários que compartilham as informações, então a empresa vinculada à plataforma não teria responsabilidade sobre o conteúdo das mesmas. Entretanto, uma questão apontada por Gillespie se coloca: se a empresa lucra com o

⁸⁴ ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 165. Tal situação vem sendo denunciada na Vetusta Casa de Afonso Pena pelo Prof. Joaquim Carlos Salgado.

⁸⁵ Tradução nossa de GILLESPIE, Tarleton. Regulation of and by Platforms. In: BURGESS, Jean; MARWICK, Alice; POELL, Thomas (ed.). *The SAGE Handbook of Social Media*. cit. p. 256-257. “Social media platforms have long framed themselves as open, impartial, and noninterventionist – in part because their founders fundamentally believe it to be so, and in part to avoid liability and regulation.”

⁸⁶ MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. cit. p. 169.

compartilhamento do malfeito de outras pessoas, ela não deveria ter alguma forma de responsabilização?

Ademais, outro ponto a se considerar são os mecanismos de denúncia de conteúdo e de moderação que várias plataformas possuem. Contudo, é preocupante que as empresas nunca deixem muito claro os critérios de moderação utilizados e como eles são avaliados. Já vimos que a transparência não é um ponto forte das empresas de tecnologias.

A ausência de uma clareza e transparência nos processos sempre é uma questão levantada pelos entusiastas da democracia. A tecnologia digital continua, majoritariamente, um território sem leis. Entretanto, ela segue evoluindo e se desenvolvendo cada vez mais, enquanto os órgãos estatais apenas observam e, por vezes, até deixam esse setor livre, propositalmente. Afinal, não é à toa que essas empresas continuam com as suas operações sem nenhuma amarra aparente. Nos locais onde há algum tipo de regulamentação, ainda é um esforço muito precípuo (O Brasil, por exemplo, possui o Marco Civil da Internet e, a partir de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados). Harari alerta que “É perigoso ser obsoleto.”⁸⁷

4.3 Introduzindo o Choque Informacional

O envolvimento das TICs e, principalmente, das redes sociais nas últimas eleições no Ocidente revelou o grande potencial dessas tecnologias digitais em moldar pensamentos e modificar o comportamento; as notícias falsas e outros mecanismos de desinformação foram muito utilizados, de forma a aproveitar dos algoritmos de aprendizagem de máquina para promover um candidato ou para acabar com a reputação do candidato oposto e influenciar o rumo das eleições, em períodos de campanha. Os algoritmos escolhem conteúdos, avaliando as probabilidades, grau de relevância, dentre outros mecanismos, para sugerir aos usuários. Isso foi o que ocorreu no Brexit, em 2016, nas eleições de 2016, nos Estados Unidos; e nas eleições de 2018, no Brasil, por exemplo.⁸⁸

Como visto, as notícias falsas geram por si só bastante engajamento e, pela lógica dos algoritmos, atraem muitos cliques e compartilhamentos, aumentando o grau de relevância dessas publicações. As próximas linhas são dedicadas ao entendimento de como isso veio a ser e por que a razão e a verdade não são determinantes da credibilidade de uma mensagem.

⁸⁷ HARARI, Yuri Noah. *21 lições para o século 21*. Trad. Paulo Geiger. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 105.

⁸⁸ No caso da *Cambridge Analytica*, isso foi realizado de forma intencional e ostensiva.

No início, havia uma esperança de que o Google seria um grande aliado para a democracia, visto que a missão institucional da empresa é “organizar as informações disponíveis no mundo e torná-las acessíveis e úteis para todas as pessoas.”⁸⁹ Imaginava-se que, com o acesso à informação de forma gratuita, as pessoas teriam a possibilidade de pesquisar, se educar e, então, tomar decisões com embasamento, exercendo sua cidadania e amadurecendo a democracia. No entanto, esse sonho acabou se tornando um pesadelo. O compartilhamento de notícias falsas não é a novidade, mas, sim, o volume em que estas foram compartilhadas durante os períodos eleitorais mencionados e a eficácia dessa estratégia.

Começou a ser estudado, assim, o fenômeno da *pós-verdade*. Como pós-verdade entendemos “a situação em que pessoas são mais propensas a aceitar um argumento baseado em suas emoções e crenças, em vez de um baseado em fatos”⁹⁰. O conceito revela algumas questões ligadas à natureza e história humanas, as quais serão levantadas ao longo desta seção.

A onda de notícias falsas foi impulsionada por uma desconfiança generalizada nas instituições democráticas, mídia tradicional e, até mesmo, na ciência. A veracidade das informações nunca foi uma base sólida para garantir a credibilidade de uma informação. Acontece que as emoções mantiveram as pessoas vivas, na história evolutiva humana. Goleman observa, entretanto, que “as novas realidades com que a civilização tem se defrontado surgiram com uma rapidez impossível de ser acompanhada pela lenta marcha da evolução.”⁹¹

Na maior parte da história humana, histórias tribais e mitologias compartilhadas fizeram mais para explicar o comportamento humano do que a avaliação fria da evidência verificável. Todas as sociedades possuem suas lendas fundadoras que as unem, moldam seus limites morais e habitam seus sonhos de futuro. Desde a Revolução Científica e o Iluminismo, porém, essas narrativas coletivas competiram com a racionalidade, o pluralismo e a prioridade da verdade como base para a organização social.⁹²

A verdade e a razão são valores da modernidade, portanto começaram a tomar força em um período muito recente, se considerarmos que o referencial é a história humana.

⁸⁹ GOOGLE. *Nossa abordagem na Busca*. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/search/howsearchworks/our-approach/#:~:text=A%20miss%C3%A3o%20do%20Google%20%C3%A9,o%20tamanho%20da%20Torre%20Eiffel.>> Acesso em: 11 jul. 2022.

⁹⁰ Tradução nossa de POST-TRUTH. In: Cambridge Dictionary. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/post-truth>> Acesso em: 13 jul. 2022. “relating to a situation in which people are more likely to accept an argument based on their emotions and beliefs, rather than one based on facts”

⁹¹ GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (E-book não paginado)

⁹² D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Trad. Carlos Szlak. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018, p. 38.

No caso brasileiro, a desconfiança nas instituições e na mídia tradicional estava sendo gradualmente alimentada, de forma mais recorrente, a partir das Jornadas de Junho de 2013 (veja seção 5.1), e o seu ápice se deu nas eleições de 2018. Brito Cruz mostra como a “utopia da desintermediação”⁹³ fez emergir um desprezo pelo jornalismo profissional e organizações que atuavam como mediadoras no processo de comunicação política, valorizando os canais “diretos” de comunicação dos candidatos com as suas bases.⁹⁴ Os grupos de WhatsApp foram bastante utilizados para essa finalidade. Em uma reportagem da Folha de São Paulo, Ben Supple, gerente de políticas públicas e eleições globais do WhatsApp confirmou que houve criação de grupos públicos por meio de links nas eleições de 2018⁹⁵. Esses canais estariam contornando a lógica da intermediação, garantindo maior confiança e credibilidade.

Segundo D’Ancona, “Tudo o que importa é que as histórias *pareçam* verdadeiras, que elas repercutam. Na política, o pioneiro dessa doutrina foi o governo de George W. Bush.”⁹⁶ Ao tratar da Doutrina do Choque, Klein reconhece o envolvimento das “empresas pontocom” na Guerra ao Terror, não só para incentivar a espionagem, tortura e divulgação de informações falsas, como também “para perpetuar o medo e o senso de perigo que originou essa indústria, em primeiro lugar.”⁹⁷ Ela argumenta que esse setor lucra com o complexo de capitalismo de desastre.

Em 2017, Klein publica um novo livro, em que menciona uma “nova política de choque”, tendo como foco a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 e uma agenda que inclui: um golpe corporativo no governo, desprezo pela ciência climática para continuar enriquecendo com os combustíveis fósseis, descrença para com as mídias, incitações à guerra e à xenofobia. A obra é intitulada *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos*. Entretanto, não inclui em sua proposta, temas como as TICs, a pós-verdade e o meio digital, que, em geral, se relacionam com essas *políticas de choque*.

Nesse sentido, este trabalho faz um esforço para estabelecer essa conexão, introduzindo

⁹³ Conceito do filósofo basco Daniel Innerarity. INNERARITY, Daniel. *Politics after Indignation: Possibilities and Limits of Democracy*. *EUI Working Papers*. Florença: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, 2012.

⁹⁴ BRITO CRUZ, Francisco. Fake news definem uma eleição? *In: Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020, p. 21-23.

⁹⁵ MELLO, Patrícia Campos. *WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018*. Folha de S. Paulo, Medellín, 8 out. 2019. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>> Acesso em: 13 jul. 2022.

⁹⁶ D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. *cit.* p. 56.

⁹⁷ KLEIN. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre...* *cit.* E-book (não paginado)

o que será chamado de *choque informacional*, conceito que, ao que nos parece, dialoga com a sobrecarga de informações que observamos no momento. Um paralelo que observamos entre as TICs e a terapia de choque econômico é que, para ambos, a rapidez é um fator crucial. Isso não é diferente quando tratamos das estratégias de desinformação que vimos anteriormente.

Entendemos o que Klein explica em *Não basta dizer não*:

A velocidade é crucial [...], já que períodos de choque são temporários por natureza. Como Bremer, líderes viciados em choque e seus financiadores em geral tentam seguir o conselho de Maquiavel em *O príncipe*: ‘As injúrias devem ser feitas todas de uma só vez para que, ao serem menos saboreadas, ofendam menos.’ [...] se dezenas de mudanças vêm de todas as direções ao mesmo tempo, a esperança é que as populações fiquem rapidamente exaustas e sobrecarregadas, e acabem por engolir seu remédio amargo.⁹⁸

Por *choque informacional*, entendemos a estratégia denominada de *Firehose of Falsehood* (a tradução literal é “Mangueira de incêndio da mentira”) ou apenas *Firehosing* como ficou popularizado. Esse conceito foi concebido por um estudo da RAND Corporation⁹⁹, um *think tank* norte-americano, que faz um estudo sobre a propaganda russa. Segundo o documento, *firehosing* possui quatro aspectos: o alto volume de conteúdos em diversos canais; produção e fluxo rápido, contínuo e repetitivo; ausência de comprometimento com a realidade; e ausência de consistência entre as mensagens. Essas técnicas podem tanto entreter, quanto confundir ou sobrecarregar a população, com os conteúdos que podem apresentar verdades parciais ou completas ficções.

Jucá utiliza o conceito de *choque informacional* para descrever uma situação em que as informações disponíveis sobre corrupção de políticos foram divulgadas de maneira ampla pela imprensa. Os eleitores puniam os partidos e políticos de forma mais severa, após o *choque*. Ele cogita a possibilidade de isso ter ocorrido no Brasil, após o escândalo do mensalão.¹⁰⁰

Nesta pesquisa, o *choque informacional* não trata da difusão apenas na imprensa, mas principalmente na mídia digital, tendo em vista o processo de “desintermediação” já mencionado, bem como outros fatores já mencionados. Portanto, o sentido é mais parecido com a noção de *firehosing*, em uma noção mais geral e não especificamente sobre a Rússia.

⁹⁸ KLEIN, Naomi. *Não basta dizer não*: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos. *cit.* p. 153.

⁹⁹ PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam. *The Russian "Firehose of Falsehood" Propaganda Model*. RAND Corporation, 2016. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html#fn1>> Acesso em: 13 jul. 2022.

¹⁰⁰ JUCÁ, Ivan Chaves. *Suas Excelências, os ficha suja*: Corrupção e Reeleição na Câmara dos Deputados. *cit.* p. 36.

A próxima seção traz uma análise do caso, objeto deste estudo, conforme o recorte proposto, que visa abordar as fases mais importantes para o entendimento da atual crise democrática e institucional brasileira. O período de 2013 a 2021 se dividirá em quatro momentos:

1. Jornadas de Junho de 2013 e a “Revolução Colorida” brasileira;
2. O *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e o Governo Temer;
3. As Eleições de 2018;
4. O Governo Bolsonaro, principalmente no que diz respeito à sua atuação na pandemia.

5 ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS TICs NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO (2013-2021)

Até o momento, o trabalho se empenhou em realizar uma contextualização e estudo dos principais conceitos e períodos para servir como embasamento teórico à análise do caso. Acredita-se que as TICs (dando enfoque nas redes sociais) tenham causado um impacto no cenário político brasileiro. Para direcionar a análise, duas perguntas nos inquietam: As novas tecnologias são capazes de potencializar as estratégias de choque, dentro do complexo do *capitalismo de desastre*? Como isso estaria afetando os processos democráticos, como as eleições governamentais? E, posteriormente a isso, como se dão os mecanismos de controle da população, a fim de atender aos interesses de governos com tendências autoritárias, como no caso do Brasil? Todas essas questões serão consideradas dentro do caso brasileiro.

No ano de 2020, o mundo inteiro presenciou uma nova crise de consequências globais. Uma crise sanitária afetou todos os países. Por alguns meses, setores da sociedade inteira pararam; instaurou-se o teletrabalho. As relações humanas e interações foram obrigadas a se modificar, uma vez que o isolamento social tornou-se condição para a não propagação do vírus e tiveram que convergir para o ambiente virtual, devido à alta taxa de contaminação da Covid-19. O mundo digital adquire uma importância ímpar para a organização da vida social.

Nesse momento, a ideia de um Estado mínimo não atenderia às demandas da pandemia, devido à sobrecarga dos sistemas de saúde, à paralisação dos setores produtivos, aos mecanismos de contenção da doença (desenvolvimento e aplicação de vacinas), enfim, de uma necessidade de planejamento das ações para combate à Covid-19. O Brasil já estava passando por uma crise econômica e uma crise democrática. A partir de 2020, estas se somaram à crise sanitária, decorrente da Covid-19.

Nas próximas seções, vamos abordar períodos da história recente brasileira em que as tecnologias digitais estiveram presentes na vida política. Assim, poderemos refletir sobre o que se passou em nossa história recente e buscar compreender quais são os impactos das TICs e averiguar se, pelo menos no caso brasileiro, o *choque informacional* potencializou a terapia de choque econômico.

5.1 Jornadas de Junho de 2013: a apropriação das manifestações sociais pró-direitos urbanos por grupos dissidentes

Em 2013, as manifestações de junho que ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho* foram, inicialmente de iniciativa do Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, contra o aumento de preço da passagem de ônibus. Contou com a presença da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), instituição estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada para se opor à última, porém que não logrou expressividade e visibilidade; e de movimentos anarquistas.¹⁰¹ “O gigante acordou” se tornou palavra de ordem nessa época, difundida em todos os meios de comunicação, principalmente nas redes sociais.

Na obra de Maurizio Ferraris *Mobilização Total*, o autor observa que, com o advento dos aparelhos digitais (que ele denomina de “ARMI”¹⁰²), aumenta significativamente a capacidade de mobilização da população. Os aparelhos acumulam três funções, segundo o filósofo: a mobilidade, o arquivo e a comunicação. As “chamadas” acabam tendo nelas embutida uma responsabilidade não apenas de responder, como também de *agir*.¹⁰³ Nesse sentido, o receptor da mensagem pode ser persuadido, devido a esse “chamado”. O poder de registro, portabilidade e de comunicação ajuda muito o convencimento e a criação de um senso de “dever”. Considerando essa perspectiva, quando uma manifestação é chamada em redes sociais, o alcance é muito maior do que na época em que se chamava por meio de panfletagem.¹⁰⁴

Ao mesmo tempo em que isso pode ser extremamente positivo para ampliar a participação política, algumas questões podem acabar saindo do controle. Com base em um artigo de Morozov¹⁰⁵, apontamos a seguir alguns entraves: integrar pessoas de diversos lugares e origens garante uma concentração quantitativa considerável, entretanto isso pode causar

¹⁰¹ ANDRÉ, André Luiz. *A Guerra Híbrida à Brasileira: Das jornadas de 2013 às perspectivas da próxima década*. Aracaju: RM, 2020.

¹⁰² A palavra “ARMI” pode ser traduzida do italiano por “armas”. O autor, que é um filósofo italiano, utiliza uma metáfora militar.

¹⁰³ FERRARIS, Maurizio. *Mobilización Total*. Trad. Miguel Alonso Ortega. Barcelona: Herder, 2017.

¹⁰⁴ Korybko formula, baseando-se nas formações em rede descritas no livro *The Advent of Netwar (O Advento da Guerra em Rede)* de 1996 publicado por John Arquilla e David Ronfeldt (ambos da RAND Corporation), uma nova formação que combina as três para a revolução colorida. São elas: a rede em cadeia, rede em estrela e rede multicanal, sendo esta última mais parecida com a forma de divulgação de uma manifestação pelas redes sociais (difusa, “sem líder”). KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Trad. Thyago Antunes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 51-55.

¹⁰⁵ Artigo sobre ativismo digital. Ver a respeito em: MOROZOV, Evgeny. El Impacto del Activismo Digital en la Política de la Post Guerra Fría. In: BBVA. *La era de la perplejidad: Repensar el mundo que conocíamos*. OpenMind, 2018. Disponível em: <<https://www.bbvaopenmind.com/libros/la-era-de-la-perplejidad/>> Acesso em: 14 jul. 2022.

problemas de ordem organizacional; as redes sociais são abertas, portanto não se sabe exatamente quem são as pessoas que interagem, se elas são confiáveis, se elas estão realmente alinhadas às pautas defendidas.

Tendo em vista o que observamos e vivenciamos, é possível afirmar que isso ocorreu nas Jornadas de Junho de 2013. As manifestações contra o aumento do preço dos ônibus não tinham o potencial de dividir tanto a opinião pública. A classe média, tal qual, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade precisam se locomover nos espaços urbanos. Entretanto, uma série de insatisfações desencadeou, posteriormente, uma heterogeneidade de grupos e pautas ocupando as ruas.

É importante pontuar alguns acontecimentos que vão desencadear as crises política, democrática e institucional que começaram a germinar (a crise econômica e/ou fiscal já estava em curso). Em razão da Copa do Mundo de 2014, vários grupos criticaram o valor anunciado para gastos com infraestrutura, enquanto direitos sociais precisavam de atenção e investimento público. Houve um movimento chamado “Não vai ter copa”, principalmente nas capitais onde os jogos foram sediados, em que várias reivindicações nesse sentido tiveram espaço.

Alguns escândalos de corrupção estavam circulando nas mídias no período. Ainda se falava do “Mensalão” e emergia também o “Petrolão”, em meio a uma crise de preços dessa estatal. Esses movimentos indicaram insatisfação, em relação ao Governo Federal por alguns setores, cuja chefe do Executivo era a Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. “Foi assim que manifestações pelo direito ao transporte como parte do direito aos recursos da cidade se transmutaram em desestabilização política com o golpe brando em Dilma Rousseff e em política de desestabilização com a chegada ao poder de Jair Messias Bolsonaro.”¹⁰⁶

No ano de 2014, Dilma Rousseff se reelegeu e o segundo mandato se iniciou no ano de 2015. No mesmo ano, ocorreram protestos organizados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), a favor do *impeachment* da Presidente. Havia também manifestações contra o *impeachment*. Observou-se, então, uma organização maior das manifestações ao compará-las com as Jornadas de Junho, apesar de ainda não terem sido movimentos homogêneos. Ademais, não obtiveram tanta expressividade como em 2013.¹⁰⁷

Byung-Chul Han expressa que:

¹⁰⁶ ANDRÉ, André Luiz. *A Guerra Híbrida à Brasileira*: Das jornadas de 2013 às perspectivas da próxima década. *cit.* p. 19.

¹⁰⁷ O artigo indicado se trata de uma pesquisa quantitativa dos protestos e manifestações ocorridas entre 2011 e 2016. Ver: TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 25, nº 21, jan./abr. 2019, p. 63-96. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/C5zs3mVLLL3YXVvVpw4jhg/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 14 jul. 2022.

As ondas de indignação são eficientes para mobilizar e compactar a atenção. Por causa de sua fluidez e volatilidade elas não são, porém, apropriadas para organizar o discurso público. Elas são incontroláveis, incalculáveis, inconstantes, efêmeras e amorfas demais para tanto. Elas se inflam repentinamente e se desfazem de maneira igualmente rápida.¹⁰⁸

Essa falta de consistência é observada nos movimentos mencionados, como já mostrado. Segundo Tatagiba e Galvão, “os protestos crescem tanto num ano marcado por modesto crescimento econômico e baixo desemprego (2013) quanto naqueles marcados por recessão e desemprego elevado (2015-2016).”¹⁰⁹, o que demonstra que algumas das reivindicações podem ter sido apenas pretextos para demonstrar a insatisfação com as políticas do governo Dilma Rousseff ou para que grupos políticos específicos se aproveitassem das manifestações legítimas e se apropriar do discurso para disseminar interesses próprios.¹¹⁰

5.2 *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e o Governo Temer

O Brasil, dentro desse período, entre o primeiro e segundo mandatos da Presidente Dilma Rousseff, já demonstrava uma polarização política e foi o momento em que os processos democráticos começaram a ser questionados. Após a eleição de Dilma Rousseff, no segundo turno, por 51,64 % dos votos, o PSDB, que teve o seu candidato, Aécio Neves, derrotado, solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria, ao que o último acolheu, em 4 de novembro de 2014. O Ministro Dias Toffoli, Presidente à época, destacou:

O objetivo da auditoria era verificar a lisura das Eleições 2014, ou seja, averiguar a integridade das urnas eletrônicas e sistemas adjacentes, buscando evidências que comprovassem alguma suspeita ou tese de fraude, e volto a dizer que não foi encontrada nenhuma evidência em tal sentido.¹¹¹

No dia 5 de novembro de 2014, o então Senador Aécio Neves fez o seu primeiro discurso após as eleições, declarando oposição “incansável, inquebrantável e intransigente no interesse dos brasileiros”. A postura do senador, somado ao questionamento do resultado das eleições

¹⁰⁸ HAN, Byung-Chul. *No exame: Perspectivas do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 21.

¹⁰⁹ TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)... *cit.* p. 76.

¹¹⁰ Sobre esse ponto, uma matéria da BBC News indica que as pautas que surgiram com as Jornadas de Junho de 2013, 5 anos depois, ainda permaneciam sem solução. Ver: ODILLA, Fernanda. 5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? BBC News, Londres, 9 jun. 2018. Política. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>> Acesso em: 14 jul. 2022.

¹¹¹ TOFFOLI, Dias. *In: BRASIL*. Tribunal Superior Eleitoral. Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014. 5 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>> Acesso em: 15 jul. 2022.

pelo PSDB, demonstra o início de um processo de questionamento da legitimidade do processo eleitoral brasileiro, movimento que tomará fortes proporções durante o governo Bolsonaro, que se inicia em 2019.

Durante o mandato de Rousseff, a crise do presidencialismo de coalizão, praticado pelo governo eleito, desencadeou a perda de apoio político de Dilma no Poder Legislativo, após algumas trocas de cargos nos Ministérios que causaram uma desproporção dos partidos na composição ministerial¹¹² e, por consequência, um grande descontentamento de partidos da base do governo.

Merece destaque o Programa *Uma Ponte para o Futuro*, elaborado pelo PMDB, partido do Vice-Presidente, destinado, supostamente, “a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos.”¹¹³ O Programa foi elaborado no ano de 2015, de forma a orientar políticas econômicas de Estado alternativas às do governo. Alguns excertos mostram o alinhamento com o modelo neoliberal. Segundo o documento, o crescimento deve criar suas bases na livre iniciativa, integração com os mercados externos e a livre competição. Esse documento veio a servir de base para o governo de Michel Temer.

No dia 17 de abril de 2016, em uma sessão marcada por desentendimentos, e comandada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, 342 deputados federais aprovaram o prosseguimento do processo de *impeachment*.¹¹⁴ No dia 18 de abril de 2016, Eduardo Cunha entrega a Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, o processo de *impeachment*. No Senado, é constituída uma Comissão Especial do *Impeachment*, que teve o senador Antônio Anastasia como relator. Este emite um parecer favorável ao afastamento da Presidente. No dia 12 de maio de 2016, o Senado autoriza a abertura do processo e determina o afastamento da Presidente pelo período de até 180 dias. O Vice-Presidente da República é notificado para assumir o cargo interinamente, até que, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff tem o mandato cassado por meio de votação no plenário do Senado Federal.¹¹⁵

¹¹² RAMBOURG JR, Ribamar Cezar. *A crise na coalizão e o impeachment de Dilma Rousseff*. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

¹¹³ PMDB; Fundação Ulysses Guimarães. *Uma Ponte para o Futuro*, Brasília, 2015, p. 2. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹¹⁴ A abertura do processo de *impeachment* ocorreu no dia 11 de abril.

¹¹⁵ Ressalta-se o papel da *Rede Globo*, endossando o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato e as políticas econômicas de Paulo Guedes, apesar de criticar o Presidente Bolsonaro.

Michel Temer, que assumiu o governo depois do impedimento de Dilma Rousseff, em entrevista ao Programa Em Foco, com Andréia Sadi, informou que Eduardo Cunha emitira a autorização de instalação do processo de *impeachment*, pois não havia conseguido o apoio do Partido dos Trabalhadores em votações do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.¹¹⁶

Fatores que se apresentaram como oportunidades para os opositores do governo foram a crise econômica, a memória recente das Jornadas de Junho de 2013, bem como da competitiva e radicalizada eleição de 2014 e a falta de visão clara e estratégica para as crises econômicas.¹¹⁷ Assim, foi consolidado o golpe mais recente contra a democracia brasileira.¹¹⁸

Nesse contexto político, o então Vice-Presidente Michel Temer assumiu o governo.

As táticas de choque foram empregadas pela primeira vez a serviço do neoliberalismo no início da década de 1970, na América Latina, e ainda hoje são usadas para obter concessões de ‘livre mercado’ contra a vontade popular. [...] Está sendo empregado no Brasil, onde ao altamente questionável *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, se seguiu a instalação de um regime não eleito e zelosamente pró-empresarial que congelou os gastos públicos pelos próximos vinte anos, impôs uma austeridade punitiva e começou a vender aeroportos, centrais elétricas e outros bens públicos em uma onda de privatizações.¹¹⁹

Em meio às reformas, houve uma, em especial, que desencadeou a reação de estudantes secundaristas e universitários — a Proposta de Emenda à Constituição 55, de 2016 (PEC 55). Essa proposta limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação pelos 20 anos posteriores.¹²⁰ Ficou conhecida como a “PEC do Congelamento de Gastos”. A fim de manifestar a discordância, estudantes secundaristas e universitários fizeram ocupações nas escolas e faculdades. Esta pesquisadora, em 2016, participou desse movimento no Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais, ano em que participava do Grêmio Estudantil.

O processo de ocupação das escolas teve início em São Paulo, em 2015, devido a uma medida anunciada pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo de reorganização escolar.

¹¹⁶ GLOBONEWS. *Temer diz que Cunha autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram no Conselho de Ética da Câmara*. G1, GloboNews, 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/noticia/2019/11/27/temer-diz-que-cunha-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-comissao-de-etica-da-camara.ghtml>> Acesso em: 14 jul. 2022.

¹¹⁷ SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, dez. 2016, p. 116.

¹¹⁸ A pesquisadora reconhece que há outros entendimentos a respeito do *impeachment* de Dilma.

¹¹⁹ KLEIN, Naomi. *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos...* cit. p. 151.

¹²⁰ BRASIL. Senado Federal. *PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação*. Agência Senado, Plenário, 13 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>> Acesso em: 14 jul. 2022.

Em consequência desta, 94 escolas seriam fechadas.¹²¹ Em 2016, entretanto, o movimento se espalhou pelo país, devido à PEC 55/2016. Algumas outras pautas começaram a ser inseridas, como a oposição ao “Escola Sem Partido”, e a reivindicação d saída do Presidente Temer, entre outras.¹²²

À época, a Polícia Militar (PM) se envolveu com a intenção de desocupar as escolas e desmobilizar os professores e estudantes que promoviam manifestações dentro das ocupações. Matérias do G1 que circularam na época, demonstram ações truculentas da PM, como a utilização de gás lacrimogêneo e bombas para dispersar os movimentos; desocupação sem mandato judicial; entre outras situações de repressão.¹²³

Além da PEC 55, menciona-se também a instituição do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), criado para, supostamente, ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada, por meio de contratos de parceria e outras medidas de desestatização, conforme a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.¹²⁴ Esse Programa foi iniciado em setembro de 2016. Segundo William Nozaki, a proposta era transferir 175 ativos públicos para a iniciativa privada, em dez setores estratégicos.¹²⁵ 124 dos projetos apresentados ao longo deste programa foram concluídos até o final do mandato do Presidente Temer. A proposta de privatização da Eletrobrás enfrentou resistência no Congresso e questionamentos da Justiça.¹²⁶ Com a Medida Provisória 1.031, de 2021, o projeto de capitalização da Eletrobrás

¹²¹ GIROTTO, Eduardo Donizeti. A Dimensão Espacial da Escola Pública: Leituras sobre a reorganização da Rede Estadual de São Paulo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, out./dez. 2016, p.1121-1141.

¹²² ROCHA, Daniel Leonel da. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 6, n. 1, jan. 2020, p. 61-86.

¹²³ Para exemplificar, segue duas matérias: TOMAZ, Kleber. *Ouvidor das polícias diz que PM foi truculenta ao desocupar escolas e vias*. G1, São Paulo, 3 dez. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/ouvidor-das-policias-diz-que-pm-foi-truculenta-ao-desocupar-escolas-e-vias.html>> Acesso em: 14. jul. 2022; e GONÇALVES, Gabriela; TENETE, Luiza. *‘A gente acordou com a polícia dentro da escola’, diz aluno de ocupação*. G1, São Paulo, 13 maio 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/gente-acordou-com-policia-dentro-da-escola-diz-aluno-de-ocupacao.html>> Acesso em: 14 jul. 2022.

¹²⁴ BRASIL. *Lei n. 13.334*, de 13 de setembro de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113334.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹²⁵ As áreas consideradas prioritárias foram: ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, geração hidrelétrica, distribuição e transmissão de energia, mineração, óleo e gás, dentre outros. Ver: NOZAKI, William. *A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro*. Le Monde Diplomatique Brasil, Observatório da Economia Contemporânea, 14 maio 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹²⁶ SCHREIBER, Mariana. *Governo Bolsonaro surfa em herança de Temer e quer leiloar aeroportos, ferrovia e portos nos 100 primeiros dias*. BBC NEWS Brasil, Brasília, 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47214138>> Acesso em: 15 jul. 2022

(desestatização) foi iniciado, tendo sido concluído em 2022. A União, dessa forma, não é mais a acionista majoritária da empresa.¹²⁷

Segundo pesquisa do Datafolha, o governo Temer chegou ao final do mandato com um alto índice de reprovação, ou seja, 62% dos brasileiros consideravam a gestão ruim ou péssima, 29% como regular e apenas 7% de aprovação. Os outros 2% não opinaram.¹²⁸

Após refletirmos brevemente sobre as Jornadas de junho de 2013, sobre o processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e a respeito de alguns aspectos do governo Temer, passaremos à análise do processo eleitoral de 2018, que, de certo, modo, foi influenciado por esse contexto político traçado nas últimas seções.

5.3 As Eleições de 2018

A eleição no Brasil, no ano de 2018, foi marcada por um ambiente em que as redes sociais assumiram grande visibilidade: *WhatsApp*, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, etc. Embora não seja possível determinar categoricamente que há um nexos causal, conteúdos políticos passaram a ser amplamente disseminados por esses meios digitais, com o objetivo de conduzir a opinião pública, a favor de um candidato, e observou-se um fenômeno que marcou e influenciou o processo eleitoral: as *fake news*. Esse termo passou a ser utilizado no léxico mundial, inclusive no brasileiro: as notícias falsas.

O número de candidatos à Presidência da República foi o mais alto, desde 1989 (22 candidaturas), com 13 candidatos. A eleição seguiu para um segundo turno, com os candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Messias Bolsonaro (então no Partido Social Liberal - PSL; hoje, no Partido Liberal - PL) na disputa.

Iniciativas brasileiras de checagem de fatos atuaram nas eleições de 2018 e foi elaborada divulgação por algumas de levantamento de dados quantitativos da difusão de mensagens pelas redes sociais, bem como os conteúdos mais compartilhados. O levantamento realizado pelo Aos

¹²⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Privatização da Eletrobrás: quais as consequências para o consumidor?* UFMG, Notícias Externas, 23 jun. 2022. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/privatizacao-da-eletobras-quais-as-consequencias-para-o-consumidor>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹²⁸ DATAFOLHA. *Mais impopular desde Collor, Temer fecha com reprovação em baixa*. Opinião Pública, São Paulo, Opinião Pública, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

*Fatos*¹²⁹ (que possui certificado da *International Fact-Checking Network*, que pode ser traduzida por Rede Internacional de Checagem de Fatos, do Instituto Poynter, assim como a *Lupa*), revelou que foram desmentidos 113 boatos sobre as eleições que, somados, acumularam 3,84 milhões de compartilhamentos no *Facebook* e *Twitter*, no período de julho a outubro. Apenas no fim de semana do segundo turno, 19 peças de desinformação foram desmentidas, compartilhadas 290 mil vezes no *Facebook*.

Uma maratona foi levada a cabo pelo site, em conjunto com outras cinco iniciativas de checagem de fatos brasileiras. São elas: *Lupa*, *Boatos.org*, *Fato ou Fake*, *Comprova* e *e-Farsas*. A maratona se tratava de identificar notícias falsas, no fim de semana do segundo turno das eleições. Em 48 horas de trabalho, foram checadas 50 notícias falsas.

Além disso, identificaram, ao longo do período de campanha, as peças de desinformação com maior compartilhamento. A mais compartilhada, segundo o site, foi a que a urna eletrônica autocompletava o voto no candidato Fernando Haddad, do PT (esta foi catalisada por Flávio Bolsonaro no *Twitter*). Na categoria de compartilhamento difuso (várias plataformas), foram destaque, a saber: as notícias falsas espalhadas sobre o “kit gay”; uma montagem antiga de uma capa da revista *Veja*, que mostra o ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, pedindo para homenageá-lo não votando no candidato petista; vídeo em que Haddad diz que a eleição acabou, vídeo esse que não é de 2018; vídeo que mostra torcedores vendo um jogo da Copa e fizeram passar como ato à saúde de Bolsonaro; Padre Marcelo Rossi demonstrando apoio a Bolsonaro (falso); reunião da OEA com o PT (falsa), que não foi comandada por venezuelanos, nem fiscalizaria as eleições; Haddad defendeu sexo entre pais e filhos em livro (falso); imagens de uma caravana de motos que não era de apoio ao Bolsonaro, mas de uma romaria; entre vários outros.

O Projeto *Comprova*, que participou da maratona, divulgou que, de 146 histórias verificadas, apenas 9 eram verdadeiras, em monitoramento realizado pela coalizão por 12 semanas em 24 veículos de comunicação, inclusive pelo WhatsApp¹³⁰.

O *Fato ou Fake* se encarregou de checar frases de discursos de candidatos à presidência ou a vice, durante toda a campanha. De um total de 478 frases, 101 foram consideradas “fake”,

¹²⁹ CUNHA, Ana Rita; LIBÓRIO, Bárbara. *Notícias falsas foram compartilhadas ao menos 3,84 milhões de vezes durante as eleições*. *Aos fatos*, 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/noticias-falsas-foram-compartilhadas-ao-menos-384-milhoes-vezes-durante-eleicoes/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹³⁰ PROJETO COMPROVA. [Sobre monitoramento de informações compartilhadas em redes sociais para checagem de informação, durante as eleições de 2018]. Disponível em: <https://projeto comprova.com.br/post/re_2B5W8XZ5jMvb/> Acesso em: 15 jul. 2022.

226 “fato” e 151 “não é bem assim”.¹³¹ Na maratona entre as seis iniciativas de checagem de fatos, no fim de semana das eleições (segundo turno), foram identificados 20 boatos. Dentre eles: vídeo do Malafaia criticando Bolsonaro; TRE-SP identificou urnas que adulteram os votos digitados; urnas sem lacre em escola de Uberlândia; foto de Trump com camiseta pró-Bolsonaro; fraude nas urnas, denunciada por eleitor do Paraná; capa da *Veja* com ex-ministro Joaquim Barbosa (identificada também pelo *Aos Fatos*); resultado favorável a Bolsonaro em pesquisa da BTG Pactual; PT confirmou apoio a Eduardo Paes no segundo turno (governo do RJ); acusação de estupro de menina de 11 anos por Haddad; candidatura impugnada de Bolsonaro e disputa entre Ciro Gomes (PDT) e Haddad; sócios da empresa contratada pelo TSE têm ligação ao PT; Haddad usou foto de carnaval para divulgar ato de apoio em Salvador; entre outras.

Em relação aos levantamentos dos conteúdos das notícias falsas que foram verificadas, pode-se notar que alguns temas em comum entre essas mensagens são a moral, a desconfiança nas urnas eletrônicas (acusações de fraude eleitoral), associação de candidatos a figuras públicas, às vezes para promovê-lo, outras para descredibilizá-lo, invenções sobre o passado dos candidatos, entre outras. A maioria das informações falsas identificadas e divulgadas pelas organizações que fizeram as checagens parecem indicar ataques ao candidato Fernando Haddad, do PT, que foi para o segundo turno contra Jair Bolsonaro (à época, do PSL) ou conteúdos que promoviam Bolsonaro, apesar de conseguirmos identificar alguns que sejam pró-Haddad, como o vídeo do Malafaia, criticando Bolsonaro, às vésperas do segundo turno, quando em realidade o pastor continuava apoiando o candidato.

Não eram apenas pessoas que compartilhavam esses conteúdos, houve também a contribuição de *bots*. Essa estratégia continua sendo usada, mesmo após as eleições, a fim de impulsionar postagens e mensagens de cunho político. Segundo Haugen, os *bots* sociais são programas de computador que controlam contas nas redes sociais; alguns são inofensivos e são utilizados como interface para uma ferramenta, outros têm intenções maliciosas, como distribuir informações falsas e *malware* ou influenciar pessoas.¹³²

Além dos *bots*, o WhatsApp também confirmou o disparo maciço de mensagens por empresas durante as eleições presidenciais, de forma ilícita. Várias contas foram bloqueadas

¹³¹ G1; O GLOBO; EXTRA; *et al.* *FATO ou FAKE*: quase mil checagens na eleição. G1, Fato ou Fake, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/29/fato-ou-fake-quase-mil-checagens-na-eleicao.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹³² HAUGEN, Geir. *Manipulation and Deception with Social Bots: Strategies and Indicators for Minimizing Impact*. 2017. 59 f. Thesis (Master in Information Security) — Department of Information Security and Communication, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2017, iii.

em decorrência disso.¹³³ O TSE recebeu duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aije), cujas acusações incluíam o impulsionamento ilegal de mensagens em massa pelo WhatsApp, durante o período de campanha, bem como uso fraudulento de nome e CPF de pessoas idosas para registro de *chips* de celular, a fim de garantir os disparos. As ações pediam a cassação dos diplomas e inelegibilidade pelos próximos oito anos do Presidente Jair Bolsonaro e do vice Hamilton Mourão. O TSE resolveu, por unanimidade, a improcedência e arquivamento das ações. Ao proclamar o resultado, o então Presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, destacou que:

a maioria expressiva do Tribunal entendeu que ocorreram condutas ilícitas relacionadas a disparos em massa e à difusão de desinformação contra os adversários. Mas não houve comprovação suficiente de ligação dessas irregularidades com a chapa vencedora nem a comprovação de compra dos disparos por pessoas ligadas à campanha presidencial em 2018.¹³⁴

As eleições de 2018 revelaram, portanto, uma questão já mencionada no tópico 4: a marcha da “pós-verdade” e das técnicas de desinformação.

O candidato eleito, Jair Bolsonaro, ocupava o cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, desde 1991, após ter sido processado e absolvido por um ato que fez enquanto era do Exército Brasileiro. Entretanto, foi proibido de entrar nos quartéis ou de participar em festas militares. Apesar de não ter muito expressividade no Congresso Nacional, Bolsonaro aparecia na TV pela imprensa tradicional, atacando as instituições democráticas, proferindo discursos contra as minorias, defendendo a ditadura e os métodos de tortura (na justificativa do voto favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff, fez homenagem ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que atuou na repressão política e condução de torturas na época da Ditadura Militar), entre outros discursos que estão inseridos no âmbito da moral, da família tradicional brasileira e contra o comunismo. Essa postura do parlamentar era tida como “espontaneidade”, coragem para falar a verdade e romper com a censura do “politicamente correto” para aqueles que se identificavam com o conservadorismo de Bolsonaro. O presidente começou a ser

¹³³ G1. *WhatsApp confirma que empresas enviaram mensagens em grandes quantidades a grupos nas eleições de 2018*. G1, Economia, 8 out. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/10/08/whatsapp-confirma-que-empresas-enviaram-mensagens-em-grandes-quantidades-a-grupos-nas-eleicoes-de-2018.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹³⁴ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *TSE julga improcedentes ações contra Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão*. Notícias, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/tse-julga-improcedentes-acoes-contra-jair-bolsonaro-e-hamilton-mourao>> Acesso em: 15 jul. 2022.

mostrado no *SuperPop*, da *Record*, no *CQC*, da *Band*, em entrevistas, etc.¹³⁵ Esse tipo de mídia pode ter contribuído para colocá-lo em evidência. Ainda que divulgada como propaganda negativa, estava “na boca do povo” para dizer uma expressão popular, gerando identificação em algumas pessoas. Isso alinhado a um antipetismo e a difusão de desinformação pode ter contribuído para o fenômeno do populismo de ultradireita de Bolsonaro.

Com a vitória nas urnas, Bolsonaro e o Vice-Presidente Hamilton Mourão iniciaram o mandato em 2019. A gestão do ex-capitão e do general da reserva enfrentou, em 2020, a pandemia decorrente do coronavírus, período que deve ser incluído em nossa análise, pois a desinformação e o negacionismo científico desempenharam um papel significativo na história política brasileira.

Veremos a seguir como foi aplicado o capitalismo de desastre no governo Bolsonaro e como as mídias digitais potencializaram esse processo.

5.4 Governo Bolsonaro: a pandemia e a terapia de choque

Em relação ao período compreendido entre 2019 e 2021 do governo Bolsonaro, esta análise pretende abordar dois momentos: antes de março de 2020, data de início da pandemia de Covid-19 no Brasil, e depois desta data, refletindo sobre a atuação do governo durante a crise sanitária que assolou o mundo inteiro.

Primeiramente, apontamos alguns fatores que devem ser analisados sobre o primeiro ano de mandato: a reestruturação e a composição dos Ministérios; as políticas econômicas no sentido de continuar o processo iniciado por Temer; e as polêmicas envolvendo o Presidente, seus filhos e alguns ministros.

Sobre a reestruturação dos Ministérios, o Presidente implementou a Medida Provisória (MP) nº 870/2019, que deu origem à Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Algumas propostas não foram acatadas pelo Congresso e Senado. A Lei reduz a quantidade de Ministérios de 29 para 22. O Ministério da Cultura e do Trabalho foram extintos, sendo atribuídas suas funções a outras pastas. O Conselho Nacional de Política Indigenista que, antes era de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi devolvido para o Ministério da Justiça. A função de demarcação de terras indígenas foi, entretanto, para o Ministério da

¹³⁵ PUGLIA, Leonardo Seabra. *Reação Conectada: As direitas brasileiras em perspectiva histórica*. 2020. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Agricultura, em vez de ser assumida pelo Ministério da Justiça. Em 2021, o Ministério do Trabalho foi recriado em MP.

A respeito dessas mudanças, pode-se notar que as pautas de Cultura, Trabalho e da Política Indigenista não são prioridades para o governo, e atribuir ao Ministério da Agricultura a responsabilidade de demarcação das terras indígenas é realmente controverso, tendo em vista que há proprietários de terra em conflito com os povos indígenas, não respeitando a demarcação de terras.

Quanto à composição dos Ministérios, ou seja, as pessoas que foram indicadas para cada pasta, podemos notar uma semelhança ao que Klein disse sobre o governo Trump, nos Estados Unidos: “Os poucos políticos de carreira que ficaram encarregados de agências parecem ter sido selecionados ou por não acreditarem na principal missão da agência ou por acharem que ela não deveria existir de todo.”¹³⁶ Ela também faz referência ao discurso de Steve Bannon, estrategista da campanha de Trump, em fevereiro de 2017, que chama atenção para a composição do gabinete e das agências. E argumenta que foi pensada para atingir o objetivo de uma “desconstrução do Estado administrativo.” Algo parecido ocorreu com os Ministérios de Bolsonaro. Como ministro do Meio Ambiente, Bolsonaro indicou Ricardo Salles, advogado e administrador, que resolveu sair do Ministério, devido a inquérito autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria-Geral do Estado (PGR), que pesquisa o esquema ilegal de retirada e venda de madeira.¹³⁷ O ministro é suspeito de usar o cargo em favor de madeireiros que desmatam a Amazônia para contrabando ilegal.

A ministra Damares Alves, escolhida para a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, disse que “O estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã.”¹³⁸ A ministra é suspeita de participar em movimento para impedir que uma menina de 10 anos, vítima de

¹³⁶ KLEIN, Naomi. *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos... cit.* p. 13.

¹³⁷ UOL. *Salles pediu demissão após saber que seria preso, diz jornal.* UOL, Política, São Paulo, 26 jun. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/26/ricardo-salles-pediu-demissao-apos-saber-que-seria-presos-diz-jornal.htm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹³⁸ ALVES, Damares. In: VIVAS, Fernanda. *'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos.* G1, Política, Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

estupro, tivesse acesso à interrupção da gravidez.¹³⁹ Em seus pronunciamentos, profere falas que reforçam estereótipos de gênero.¹⁴⁰

Quanto ao Ministério da Economia, o ministro Paulo Guedes, que foi estudante da Escola de Chicago e demonstra seguir os preceitos do antigo professor da casa, Milton Friedman, iniciou a terapia de choque econômico que foi apenas reforçada com a pandemia. No âmbito da Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos, agora parte da Casa Civil, o presidente tinha a intenção de dar prosseguimento aos processos planejados e/ou iniciados do Programa, ampliando para a abertura de capitais, busca de parcerias, desinvestimentos, privatizações, incorporações, fusões, cisões, liquidações, concessões e Planos de Demissão Voluntária (PDVs).¹⁴¹

A Reforma da Previdência foi aprovada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019¹⁴² e uma Reforma Administrativa está em tramitação. A primeira adota uma lógica de capitalização em substituição à lógica distributiva do sistema previdenciário. A segunda demonstra a desvalorização do serviço público pelo Governo Federal. A Reforma, entretanto, mostra-se seletiva, uma vez que juízes e promotores não são incluídos, nem os militares.

Em meio a tudo isso, é importante destacar a atuação da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom). A Área Técnica do Tribunal de Contas da União identificou que várias imagens e postagens divulgadas pela Secretaria eram de “promoção pessoal” do Presidente. Essas comunicações eram realizadas pelo Instagram.¹⁴³ Ainda nessa área de comunicação, merece destaque uma propaganda divulgada por Bolsonaro em suas redes, em que responde a perguntas e conversa com pessoas de diversas partes do Brasil. Posteriormente,

¹³⁹ FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. *PGR apura se ministra Damares tentou impedir aborto de menina de 10 anos no ES*. G1, Política, Brasília, 9 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/09/pgr-apura-se-ministra-damares-tentou-impedir-aborto-de-menina-de-10-anos-no-es.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴⁰ G1. *Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'*. G1, Política, Brasília, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴¹ Ainda que a Rede Globo teça críticas diariamente ao Governo Bolsonaro, Paulo Guedes e as políticas econômicas parecem estar blindadas pela agência. Soma-se a isso algumas medidas do Banco Central: automatização do sistema bancário, provocando demissões em massa e aceleração da implantação das transações virtuais (como o exemplo do Pix).

¹⁴² BRASIL. Casa Civil. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴³ VALENTE, Rubens. *Secom faz 'promoção pessoal' de Bolsonaro em redes, diz área técnica do TCU*. UOL, Notícias, 26 jan. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/01/26/bolsonaro-secom-propaganda.htm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

foi divulgado que essa publicidade mostra, na verdade, fotos de um banco de imagens disponibilizado pela internet.¹⁴⁴

As medidas de desregulamentação, flexibilização e, principalmente, a redução dos gastos públicos se tornaram insuficientes com o advento da Covid-19. Entretanto, o governo não levou a sério as consequências da pandemia, tratando-a como se fosse apenas uma “gripezinha”.¹⁴⁵ A partir de março de 2020, o negacionismo científico e a má gestão do governo federal ficaram escancarados. As redes sociais voltaram a ser palco das mais diversas notícias falsas a respeito da doença, principalmente sobre as vacinas. Merece destaque a demissão do Ministro Mandetta, logo no início do enfrentamento da Covid-19, em 16 de abril de 2020, em razão de desentendimentos com o Presidente que assumira e mantém postura negacionista.

As estratégias de propaganda que já estavam sendo utilizadas e propagadas pela Secom e nas próprias redes sociais criam uma imagem positiva para o Presidente, enquanto tudo acontece pelos bastidores. Com a pandemia, essa forma de distração e paralisação agravou consideravelmente.

Barcelos *et. al.* mostram que notícias falsas eram divulgadas na mídia tradicional e nas redes sociais. O próprio Ministério da Saúde também era um vetor de desinformação.¹⁴⁶ A maioria das notícias falsas estavam ligadas ao tratamento e prevenção da doença, bem como às formas de transmissão.

Essa disseminação de notícias falsas provoca medo e caos para a população. Pode ser considerado um *choque informacional*, no sentido proposto. Por ser um vírus novo e os estudos sobre a doença extremamente recentes, pôde-se observar que até mesmo informações oficiais eram propensas a mudar. No contexto pandêmico, observamos que alguns tipos de *choque* convivem. É necessário, portanto, que façamos uma diferenciação. O medo provocado pelo novo vírus que possui alto índice de contágio e pode ser fatal, bem como o desconhecimento em relação aos efeitos da doença em nosso corpo causam um *choque sanitário*. Este, de certa forma, diferencia-se do *choque informacional*, por ser um natural, como foi o caso do Furacão

¹⁴⁴ DIAS, Roger. *Governo usa fotos de bancos de imagem em vídeo de propaganda de Bolsonaro*. Estado de Minas, Política, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/07/01/interna_politica,1161868/governo-usa-fotos-de-bancos-de-imagem-em-video-de-propaganda-de-bolson.shtml> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴⁵ BBC NEWS BRASIL. *2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega*. BBC News, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴⁶ BARCELOS, T. N., MUNIZ, L. N., DANTAS, D. M., COTRIM JR, D. F., CAVALCANTE, J. R., FAERSTEIN, E. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, v. 45, 2021. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2021.v45/e65/pt>> Acesso em: 15 jul. 2022.

Katrina. O *informacional* é caracterizado pelo excesso e conflituosidade das informações. O propósito é confundir e instaurar o caos. Consequentemente, dificulta o discernimento.

Em reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, Ricardo Salles proferiu a famosa frase: “Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento (ambiental), e simplificando normas”.¹⁴⁷ Entretanto, o ministro já vinha promovendo políticas de desregulamentação desde que tomou posse. Algumas delas foram: regras para dificultar a aplicação de multas ambientais; mudanças no entendimento da Lei da Mata Atlântica; revogação de quatro resoluções pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) de diferentes áreas da política ambiental brasileira; entre outras.

O que o ministro disse na reunião ministerial revela uma estratégia que envolve o *choque informacional* já mencionado. “O consenso é o do silêncio em torno do neoliberalismo como economia política e do ridículo como estética dessa economia política. Toda ideologia tem uma estética própria. [...] Ora, todo poder controla a percepção, os sentidos e, do mesmo modo, as imagens.”¹⁴⁸

Além das medidas ambientais, também é importante mencionar que o Auxílio Emergencial, em 2021, teve uma redução, de R\$600,00 para R\$250,00. A oposição ao governo defendeu que permanecesse o valor de R\$600,00, enquanto os deputados favoráveis ao governo defenderam a redução.¹⁴⁹

Destaca-se a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid (CPI da Covid) que ocorreu em 2021, “com a finalidade de apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil [...]”¹⁵⁰ À época, o Brasil registrava 391.936 de pessoas que foram a óbito pela doença. Na data de elaboração do Relatório Final da CPI, o número de óbitos já chegava à marca de 603.521.

Após quase seis meses de intensos trabalhos, esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia colheu elementos de prova que demonstraram sobejamente que o governo federal foi omissivo e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no

¹⁴⁷ SHALDERS, André. *Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais*. BBC NEWS Brasil, Brasília, 1 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴⁸ TIBURI, Marcia. *Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 140.

¹⁴⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Redução do valor do auxílio emergencial divide opinião de deputados*. Agência Câmara de Notícias, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/738013-reducao-do-valor-do-auxilio-emergencial-divide-opinio-de-deputados/>> Acesso em: 15 jul. 2022. Por motivos eleitorais, o valor de R\$600,00 foi instaurado como valor mínimo para o Auxílio Brasil.

¹⁵⁰ BRASIL. Senado Federal. *Relatório Final* [Aprovado pela Comissão em 26 de outubro de 2021]. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, 2021, p. 3.

enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa. Comprovaram-se a existência de um gabinete paralelo, a intenção de imunizar a população por meio da contaminação natural, a priorização de um tratamento precoce sem amparo científico de eficácia, o desestímulo ao uso de medidas não farmacológicas. Paralelamente, houve deliberado atraso na aquisição de imunizantes, em evidente descaso com a vida das pessoas. Com esse comportamento o governo federal, que tinha o dever legal de agir, assentiu com a morte de brasileiras e brasileiros.¹⁵¹

Segundo Tiburi, “O ridículo político só desenvolve sua astúcia quando a desvantagem do ‘mico’, para usar uma gíria muito comum, torna-se esperteza do personagem e chega ao estilo administrado pelo próprio personagem, que, de algum modo, passa a agir confortavelmente a partir dele.”¹⁵² Bolsonaro, com seus pronunciamentos demonstra essa ridicularização. A seguir, apresentamos algumas frases proferidas pelo Presidente ao longo da pandemia, em relação às pessoas que faleceram: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.”; “Todos nós iremos morrer um dia.”¹⁵³

Essas falas revelam o descaso do Presidente e o despreparo como gestor. Não demonstra empatia e não assume as responsabilidades que lhe cabem como chefe do Executivo. Enquanto ele propaga desinformação e caos, a sua equipe e sua base de sustentação no Congresso Nacional seguem com uma agenda de choque econômico, desconsiderando os direitos sociais e trabalhistas adquiridos historicamente e aprovando Emendas Constitucionais sem diálogo e de forma acelerada.

¹⁵¹ As falas polêmicas embutidos nas falas do Presidente acobertam as políticas de desastre. O STF vem se desmoralizando com o tempo, com o envolvimento na Operação Lava Jato. Com o exemplo de Carmen Lúcia que teria mandado manter o ex-Presidente Lula preso. BRASIL. Senado Federal. *Relatório Final* [Aprovado pela Comissão em 26 de outubro de 2021]... *cit.* p. 1270-1271.

¹⁵² TIBURI, Marcia. *Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto...* *cit.* p. 122.

¹⁵³ BBC NEWS BRASIL. *Relembra frases de Bolsonaro sobre a covid-19*. BBC NEWS Brasil, 7 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>> Acesso em: 15 jul. 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise do caso brasileiro, durante o período compreendido entre 2013 e 2021, inicialmente procuramos contextualizar, historicamente, as fases do capitalismo para compreender as mudanças decorrentes desse sistema. Debruçamo-nos sobre o conceito de *capitalismo de desastre* que nos auxilia a situar como se dá esse tipo de capitalismo dentro de um contexto de grande circulação e manipulação de informações por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a fim de provocar um estado de *choque*, e, assim, aplicar medidas impopulares de cunho neoliberal (ou “ir passando a boiada” para citar o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles).¹⁵⁴ As tecnologias digitais adquiriram importância ímpar na política brasileira, no período de nosso recorte, sendo utilizadas como estratégia de controle da população por nossos governantes.

Em seguida, aprofundamos a discussão sobre a era digital, abordando um novo aspecto de capitalismo que emerge com as mudanças decorrentes desse período: o *capitalismo informacional*, baseado em Castells. Igualmente importante foi a abordagem conceitual do *capitalismo de vigilância*, de Zuboff e as reflexões de Durand e Morozov, a respeito de paralelos que podem ser feitos entre a nova fase do capitalismo em um mundo digital e o feudalismo, o que inaugura o termo *tecnofeudalismo*, de Durand. Essa abordagem contribui para o entendimento da forma de enriquecimento das gigantes da tecnologia e o mercado de Big Data. Tendo como base esses conceitos, foi possível apresentar algumas transformações e reflexos dos meios de comunicação digitais na sociedade, como o debate das notícias falsas e o fenômeno da pós-verdade, em que os fatos perdem espaço para as emoções. A veracidade não é mais o que garante credibilidade a uma notícia. Bolsonaro, assim como outros líderes populistas, utiliza de discursos *anti-establishment* e cria uma imagem de pessoa simples, acessível e que tem coragem para encarar o “politicamente correto” para que as pessoas se sintam representadas e possam se identificar. Assim como a técnica de *firehosing*, o objetivo é confundir, manipular e provocar medo.

Enfim, o trabalho propôs a análise de caso, perpassando pelas Jornadas de Junho de 2013 e manifestações de 2015-2016, o processo polêmico de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e o governo Temer para posteriormente tratar das eleições de 2018, o estopim da utilização de técnicas de manipulação da informação para ter uma certa medida de controle dos

¹⁵⁴ Se o Exército Brasileiro possui um histórico nacional-desenvolvimentista, com base no tenentismo e tem como dever servir ao Estado, o que os leva a adotar a política neoliberal no corolário do *capitalismo de desastre*.

resultados, e, posteriormente, o governo Bolsonaro, principalmente, no que tange sua atuação (ou falta) na pandemia. Esses períodos da história recente do Brasil foram escolhidos, pois compreendem os principais eventos desencadeadores da atual crise democrática e política brasileira.

O objetivo geral do trabalho era estabelecer a conexão entre as ideias de Klein, que tratam de um *capitalismo de desastre* que se aproveita de uma catástrofe ou crise, a fim de promover políticas neoliberais, e as estratégias de manipulação de informações, de desinformação e deformação, a fim de avaliar se um *choque informacional* é capaz de potencializar outras estratégias de choque, dentro do complexo do capitalismo de desastre.

Tendo em vista os momentos da história retratados, podemos notar a influência das comunicações em nossas vidas. A grande mobilização das Jornadas de Junho de 2013 só foi possível, devido ao compartilhamento da chamada para os atos que circularam massivamente nas redes. O enxame de pessoas que responderam ao chamado foi bastante expressivo. Entretanto, logo essa união seria contestada, pois as manifestações dessa época eram extremamente heterogêneas e as eleições posteriores indicam a polarização entre os grupos pró-governo e contra.

As eleições de 2018 e o governo Bolsonaro apenas acirraram esse processo, com a utilização massiva das redes sociais e compartilhamento de informações falsas ou peças de desinformação. O governo utilizou a Secretaria Especial de Comunicação Social para divulgar propagandas de cunho pessoal, bem como redes sociais próprias para criar uma narrativa aos seus apoiadores.

A pandemia e o negacionismo científico confirmaram que o fenômeno da guerra contra os fatos estava presente no Brasil. Com a população desmobilizada, em casa e em *choque* pelo bombardeio de informações diárias cujos conteúdos eram majoritariamente negativos, pessoas queridas sendo internadas e o medo constante da doença, o governo pôde, realmente, “ir passando a boiada” das medidas neoliberais, a fim de conter os gastos públicos, beneficiar o setor econômico e o agronegócio. Enquanto isso, o desemprego e a pobreza foram agravados, uma vez que setores econômicos inteiros pararam e muitas pessoas foram despedidas. A arma da era digital, nós carregamos todos os dias em nossos bolsos.¹⁵⁵

O *choque informacional*, dessa forma, foi efetivo no Brasil no que tange à política e a nossa democracia. Estamos passando por um momento de crises acumuladas. Apesar de termos um Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, com os últimos acontecimentos,

¹⁵⁵ FERRARIS, Maurizio. *Movilización Total... cit.*

podemos notar que a legislação ainda é incipiente e não possui eficácia no que diz respeito ao combate às notícias falsas e às peças de desinformação. Harari avisou que ser obsoleto é perigoso, portanto, em face das consequências provocadas pelas inovações tecnológicas, como um Estado poderá atuar, de forma a protagonizar esse debate e criar as condições para assegurar a democracia e a construção política?

REFERÊNCIAS

- ALVES, Damares. In: VIVAS, Fernanda. *'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos*. G1, Política, Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.
- AMARANTE, José Carlos Albano do. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Texto para discussão 1758, IPEA, 2012.
- ANDRÉ, André Luiz. *A Guerra Híbrida à Brasileira: Das jornadas de 2013 às perspectivas da próxima década*. Aracaju: RM, 2020.
- BALL, Terence; DAGGER, Richard. *neoconservatism*. Encyclopedia Britannica, 3 maio 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/neoconservatism>>. Acesso em 4 jul. 2022.
- BARBOSA, Mariana (org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- BARCELOS, T. N., MUNIZ, L. N., DANTAS, D. M., COTRIM JR, D. F., CAVALCANTE, J. R., FAERSTEIN, E. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, v. 45, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2021.v45/e65/pt>> Acesso em: 15 jul. 2022.
- BBC NEWS BRASIL. *2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega*. BBC News, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>> Acesso em: 15 jul. 2022.
- BBC NEWS BRASIL. *Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19*. BBC NEWS Brasil, 7 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>> Acesso em: 15 jul. 2022.
- BEIGUELMAN, Giselle. *Políticas da Imagem: Vigilância e Resistência na Dadosfera*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BRASIL. Casa Civil. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 13.334*, de 13 de setembro de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113334.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estado de Choque e Crise de Pânico*. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/folder/10006003123.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação*. Agência Senado, Plenário, 13 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>> Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório Final* [Aprovado pela Comissão em 26 de outubro de 2021]. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *TSE julga improcedentes ações contra Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão*. Notícias, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/tse-julga-improcedentes-acoes-contrajair-bolsonaro-e-hamilton-mourao>> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Redução do valor do auxílio emergencial divide opinião de deputados*. Agência Câmara de Notícias, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/738013-reducao-do-valor-do-auxilio-emergencial-divide-opinio-de-deputados/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

BURGESS, Jean; MARWICK, Alice; POELL, Thomas (ed.). *The SAGE Handbook of Social Media*. Londres: SAGE Publications, 2018.

CANTILLON, Richard. *Essai sur la nature du commerce en général*. Paris: Institut Coppet, 2011. (E-book não paginado).

CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARDOSO, Paulo Roberto. *Soberania e Exceção em Carl Schmitt*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. In: LEME, Ana Carolina et al (org.). *Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano*. São Paulo: LTr, 2017.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHILE. Congreso Nacional de Chile. *Primer Mensaje del Presidente Allende ante el Congreso Pleno*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 1971. Disponível em: <<https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursoslegales/10221.3/12718/1/19710521.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

CHILE. Congreso Nacional de Chile. *Sesión del Congreso Pleno, en domingo 21 de mayo de 1972*. Diario de Sesiones del Senado, 1972. Disponível em: <<https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursolegales/10221.3/12718/5/19720521.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

CHOMSKY, Noam. *Neoliberalismo e Ordem Global: Crítica do Lucro*. Trad. Antônio Cruz Belo. Lisboa: Notícias, 1999.

CUNHA, Ana Rita; LIBÓRIO, Bárbara. *Notícias falsas foram compartilhadas ao menos 3,84 milhões de vezes durante as eleições*. Aos fatos, 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/noticias-falsas-foram-compartilhadas-ao-menos-384-milhoes-vezes-durante-eleicoes/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

DATAFOLHA. *Mais impopular desde Collor, Temer fecha com reprovação em baixa*. Opinião Pública, São Paulo, Opinião Pública, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *La internacionalización de las luchas por el poder: la competencia entre abogados y economistas por transformar los Estados latinoamericanos*. Trad. Antonio Barreto. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

DAGGER, Richard. *neoconservatism*. Encyclopedia Britannica, 3 maio 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/neoconservatism>>. Acesso em 4 jul. 2022.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Trad. Carlos Szlak. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DIAS, Roger. *Governo usa fotos de bancos de imagem em vídeo de propaganda de Bolsonaro*. Estado de Minas, Política, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/07/01/interna_politica,1161868/governo-usa-fotos-de-bancos-de-imagem-em-video-de-propaganda-de-bolson.shtml> Acesso em: 15 jul. 2022.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização:(Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. São Paulo: Boitempo, 1999.

DURAND, Cédric. *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique*. Paris: La Découverte, 2020.

ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ESTADOS UNIDOS. Casa Branca. *Interim National Security Strategic Guidance*. Washington, 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. *Bureau of Democracy, Human Rights and Labor*. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/drl/index.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. *PGR apura se ministra Damares tentou impedir aborto de menina de 10 anos no ES*. G1, Política, Brasília, 9 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/09/pgr-apura-se-ministra-damares-tentou-impedir-aborto-de-menina-de-10-anos-no-es.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERRARIS, Maurizio. *Movilización Total*. Trad. Miguel Alonso Ortega. Barcelona: Herder, 2017.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. *Two Lucky People: Memoirs*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. A Dimensão Espacial da Escola Pública: Leituras sobre a reorganização da Rede Estadual de São Paulo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, out./dez. 2016, p. 1121-1141.

G1; O GLOBO; EXTRA; *et al.* *FATO ou FAKE: quase mil checagens na eleição*. G1, Fato ou Fake, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/29/fato-ou-fake-quase-mil-checagens-na-eleicao.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

G1. *WhatsApp confirma que empresas enviaram mensagens em grandes quantidades a grupos nas eleições de 2018*. G1, Economia, 8 out. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/10/08/whatsapp-confirma-que-empresas-enviaram-mensagens-em-grandes-quantidades-a-grupos-nas-eleicoes-de-2018.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

G1. *Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'*. G1, Política, Brasília, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>> Acesso em: 15 jul. 2022.

GLOBONEWS. *Temer diz que Cunha autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram no Conselho de Ética da Câmara*. G1, GloboNews 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/noticia/2019/11/27/temer-diz-que-cunha-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-comissao-de-etica-da-camara.ghtml>> Acesso em: 14 jul. 2022.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (E-book não paginado)

GONÇALVES, Gabriela; TENETE, Luiza. *'A gente acordou com a polícia dentro da escola', diz aluno de ocupação*. G1, São Paulo, 13 maio 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/gente-acordou-com-policia-dentro-da-escola-diz-aluno-de-ocupacao.html>> Acesso em: 14 jul. 2022.

GOOGLE. *Nossa abordagem na Busca*. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/search/howsearchworks/our-approach/#:~:text=A%20miss%C3%A3o%20do%20Google%20%C3%A9,o%20tamanho%20da%20Torre%20Eiffel.>> Acesso em: 11 jul. 2022.

HAN, Byung-Chul. *No exame: Perspectivas do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARARI, Yuri Noah. *21 lições para o século 21*. Trad. Paulo Geiger. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HAUGEN, Geir. *Manipulation and Deception with Social Bots: Strategies and Indicators for Minimizing Impact*. 2017. 59 f. Dissertação (Mestrado em Segurança da Informação) — Departamento de Segurança da Informação e Tecnologia de Comunicação, Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia, Trondheim, 2017. Disponível em: <https://ntnuopen.ntnu.no/ntnu-xmlui/bitstream/handle/11250/2448952/18024_FULLTEXT.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 jul. 2022.

HENRIQUES, Hugo Rezende. *Fenomenologia do Poder: O Estado de Direito e seu Compromisso com o Poder como Liberdade*. 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

HOOK, Steven W.; JONES, Christopher M. (ed.). *Routledge Handbook of American Foreign Policy*. Londres: Routledge, 2012.

HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais [Recurso Eletrônico]*, Belo Horizonte, v. 6, n. 23, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://dspace/xmlui/bitstream/item/4957/PDIexibepdf.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao Estado de Direito. *Confluências*, vol. 14, n. 2. Niterói: PPGSD-UFF, dez. 2012.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Lino Vallandro e Vidal Serrano. Biblioteca Azul, 2014.

HUXLEY, Aldous. In: *Aldous Huxley 1962 U.C. Berkeley Speech on “The Ultimate Revolution”*, Public Intelligence, 2010. Disponível em: <<https://publicintelligence.net/aldous-huxley-1962-u-c-berkeley-speech-on-the-ultimate-revolution/>> Acesso em: 8 jul. 2022.

INNERARITY, Daniel. *Politics after Indignation: Possibilities and Limits of Democracy. EUI Working Papers*. Florença: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, 2012.

JUCÁ, Ivan Chaves. *Suas Excelências, os ficha suja: Corrupção e Reeleição na Câmara dos Deputados*. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012.

KAKUTANI, Michiko. *A Morte da Verdade*. Trad. André Czarnobai e Marcela Duarte. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Trad. Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. E-book (não paginado).

KLEIN, Naomi. *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos*. Trad. Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Trad. Thyago Antunes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LETELIER, Orlando. *The “Chicago Boys” in Chile: Economic Freedom’s Awful Toll*. The Nation, 2016. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/archive/the-chicago-boys-in-chile-economic-freedoms-awful-toll/>> Acesso em: 6 jul. 2022.

LIMA, Nádia Laguárdia de (org.). *Corpo e Cultura Digital: diálogos interdisciplinares*. Belo Horizonte: Quixote+Do, 2018.

MAHAN, Alfred T. A hegemonia pelo controle dos mares e estratégia naval é abordada na teoria geopolítica clássica do Poder Marítimo. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

MAYOS SOLSONA, Gonçal. Nuevos ‘fenómenos-inters’: interconstitucionalidad e interculturalidade. In: MAYOS SOLSONA, Gonçal; CARBONELL, José Carlos Remotti; DÍAZ, Yanko Moyano [Eds.]. *Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinariedad para un mundo global*. Barcelona: Linkgua, 2016.

MAYOS SOLSONA, Gonçal; BREY, Antoni (eds.), et. al. *La Sociedad de la Ignorancia*. Barcelona: Península, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MELLO, Patrícia Campos. *WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018*. Folha de S. Paulo, Medellín, 8 out. 2019. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>> Acesso em: 13 jul. 2022.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *D. Leopoldina: Imperatriz e Maria do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

MISSELDEN, Edward. *The Circle of Commerce: Or, The Ballance of Trade*. Londres: John Dawson, 1623. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mc000215.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2022.

MONT PÈLERIN SOCIETY. *F. A. Hayek*. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/f-a-hayek/>> Acesso em: 5 jul. 2022.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny. *Capitalism's New Clothes*, 2019. Disponível em: <<https://thebaffler.com/latest/capitalisms-new-clothes-morozov>> Acesso em: 10 jul. 2022.

MOROZOV, Evgeny. *El Impacto del Activismo Digital en la Política de la Post Guerra Fría*. In: BBVA. *La era de la perplejidad: Repensar el mundo que conocíamos*. OpenMind, 2018. Disponível em: <<https://www.bbvaopenmind.com/libros/la-era-de-la-perplejidad/>> Acesso em: 14 jul. 2022.

NEUMANN, Franz. *O conceito de liberdade política*. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 22, jul./dez. 2013.

NOZAKI, William. *A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro*. Le Monde Diplomatique Brasil, Observatório da Economia Contemporânea, 14 maio 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>> Acesso em: 15 jul. 2022.

NUNES, António Avelãs. *Controvérsias sobre o mercantilismo*. In: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, Coleção STUDIA IURIDICA, nº 96, Ad Honorem – 4, Coimbra, Coimbra Editora, Volume II, 2009.

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

ODILLA, Fernanda. *5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013?* BBC News, Londres, 9 jun. 2018. Política. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>> Acesso em: 14 jul. 2022.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Trad. Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. B-32: *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm> Acesso em: 7 jul. 2022.

PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam. *The Russian "Firehose of Falsehood" Propaganda Model*. RAND Corporation, 2016. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html#fn1>> Acesso em: 13 jul. 2022.

PMDB; Fundação Ulysses Guimarães. *Uma Ponte para o Futuro*, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2022.

POST-TRUTH. *In*: Cambridge Dictionary. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/post-truth>> Acesso em: 13 jul. 2022.

PROJETO COMPROVA. [Sobre monitoramento de informações compartilhadas em redes sociais para checagem de informação, durante as eleições de 2018]. Disponível em: <https://projetocomprova.com.br/post/re_2B5W8XZ5jMvb/> Acesso em: 15 jul. 2022.

PUGLIA, Leonardo Seabra. *Reação Conectada: As direitas brasileiras em perspectiva histórica*. 2020. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RAMBOURG JR, Ribamar Cezar. *A crise na coalizão e o impeachment de Dilma Rousseff*. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RANGEL, Arthur Nadú. *O Poder Moderador no Estado Brasileiro*. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ROCHA, Daniel Leonel da. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 6, n. 1, jan. 2020, p. 61-86.

SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (E-book não paginado).

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado ético e o Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998.

SALGADO, Joaquim Carlos. Semiótica Estrutural e Transcendentalidade do Discurso sobre a Justiça. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, v. 37, 2000.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SHALDERS, André. *Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais*. BBC NEWS Brasil, Brasília, 1 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>> Acesso em: 15 jul. 2022.

SMITH, Jerry E., *Armas Eletromagnéticas: seria o projeto Haarp a próxima ameaça mundial?* Trad. William Lagos. São Paulo: Aleph, 2005.

SIMON, Imre. A ARPANET. Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~is/abc/abc/node20.html#SECTION00052000000000000000>> Acesso em: 12 jul. 2022

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, dez. 2016.

SCHREIBER, Mariana. *Governo Bolsonaro surfa em herança de Temer e quer leiloar aeroportos, ferrovia e portos nos 100 primeiros dias*. BBC NEWS Brasil, Brasília, 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47214138>> Acesso em: 15 jul. 2022.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações In: Coleção Os Pensadores*. Trad. Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 25, n. 21, jan./abr. 2019.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Os Princípios da Administração Científica*. Trad. Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990.

TIBURI, Marcia. *Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

TOFFOLI, Dias. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014*. 5 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>> Acesso em: 15 jul. 2022.

TOMAZ, Kleber. *Ouvidor das polícias diz que PM foi truculenta ao desocupar escolas e vias*. G1, São Paulo, 3 dez. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/ouvidor-das-policias-diz-que-pm-foi-truculenta-ao-desocupar-escolas-e-vias.html>> Acesso em: 14. jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Privatização da Eletrobrás: quais as consequências para o consumidor?* UFMG, Notícias Externas, 23 jun. 2022. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/privatizacao-da-eletobras-quais-as-consequencias-para-o-consumidor>> Acesso em: 15 jul. 2022.

UOL. *Salles pediu demissão após saber que seria preso, diz jornal*. UOL, Política, São Paulo, 26 jun. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/26/ricardo-salles-pediu-demissao-apos-saber-que-seria-presos-diz-jornal.htm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

VALENTE, Rubens. *Secom faz 'promoção pessoal' de Bolsonaro em redes, diz área técnica do TCU*. UOL, Notícias, 26 jan. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/01/26/bolsonaro-secom-propaganda.htm>> Acesso em: 15 jul. 2022.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMSON, John. *The Political Economy of Policy Reform*. Washington: Institute for International Economics, 1994, p. 26-28.

WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2. ed. Trad: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Trad. George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

FILMOGRAFIA

O DILEMA DAS REDES. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Stacey Picullel, Larissa Rhodes, Daniel Wright. Estados Unidos: Netflix, 2020. Netflix.

O JOGO DA IMITAÇÃO. Direção: Morten Tyldum. Produção: Graham Moore, Nora Grossman, Ido Ostrowsky, Teddy Schwarzmann. Estados Unidos, Reino Unido: The Weinstein Company. 2014, HBO Max.

THE WALDO MOMENT (Temporada 2, Episódio 3). Direção de: Bryn Higgins. Black Mirror. Reino Unido: Endemol UK, 2013. Netflix.